

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CCMN - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO



PENTECOSTALISMO E POLÍTICA: UMA GEOGRAFIA ELEITORAL DOS CANDIDATOS LIGADOS À IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2000 a 2006

DANILO FIANI BRAGA

ORIENTADORA: INÁ ELIAS DE CASTRO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

FICHA CATALOGRÁFICA

BRAGA, Danilo Fiani

Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006 / Danilo Fiani Braga - Rio de Janeiro, UFRJ, 2008, 125 pp.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2008.

Orientadora: Iná Elias de Castro

Assunto: 1 – Geografia Eleitoral. 2 – Pentecostalismo. 3 – Igreja Universal do Reino de Deus. 4 – Política. 5 – Religião.

I – UFRJ/PPGG. II - Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006.

PENTECOSTALISMO E POLÍTICA: UMA GEOGRAFIA ELEITORAL DOS CANDIDATOS LIGADOS À IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2000 a 2006

DANILO FIANI BRAGA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

BANCA EXAMINADORA:

PROFA. DRA. INÁ ELIAS DE CASTRO (ORIENTADORA) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROFA. DRA. ANA MARIA DAOU UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROFA. DRA. ZENY ROSENDAHL UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

AGRADECIMENTOS

A meu pai, Luiz Otávio, e a minha mãe, Cláudia, por terem sido os melhores, sempre, e por terem me proporcionado uma vida em que nada me faltou. A eles devo tudo que sou. A minha irmã, Iracema, que me alfabetizou, e que me deu uma linda afilhada, Luiza. A minha "voinha" Ruth, cujas histórias eu sempre gostava de ouvir, e a quem dedico esta dissertação. E a meu cachorro, Ringo, presente em minhas maiores conquistas, até partir.

A meus grandes amigos da geografia, saudades dos tempos da graduação: Aline Cid, André Ormond, Carlos Augusto Maciel, Danilo Paiva, Eduardo Gibson, Getúlio Fonseca, Henrique Gomes, Kalil Georges, Leandro dos Santos, Marcello Ismério, Michel Dimitriou, Ricardo Luigi, Rodrigo Martins, Tiago Silva. Sem vocês, tudo seria muito mais difícil. Agradeço também a Monique Norkus, presente durante boa parte de minha trajetória geográfica, e com quem muito aprendi.

Aos amigos que fiz no Grupo de Pesquisas: Eduardo Rodrigues, Fabiane Albuquerque, Fabiano Magdaleno, Fábio Neves, Juliana Rodrigues, Linovaldo Lemos, Rafael Winter, Rejane Rodrigues e Renata Fraga: obrigado pela amizade e, como de costume no GEOPPOL, pela co-orientação.

A Iná Elias de Castro, pela orientação irretocável e sempre atenciosa, desde os tempos da iniciação científica. Seus "puxões de orelha" iam muito além da geografia política e da "arte" de pesquisar, que ela me ensinou. E por isso a considero, além de orientadora inigualável, uma grande amiga.

A todos os familiares e amigos – da infância, do Colégio Pedro II, da geografia, da vida – que sempre foram importantes, mas eu não conseguiria citar em uma simples página.

Por fim, agradeço a Marina Gerasso, pelo carinho, atenção, e excelente companhia. E também por estar sempre olhando o relógio, me lembrando de sorrir.

A minha avó Ruth, que ficaria muito "prosa".

RESUMO

O crescimento dos grupos pentecostais nas três últimas décadas tem sido um dos fenômenos de maior relevância não só na sociedade brasileira como em diversos países da América Latina. Além disso, o Brasil tem assistido a entrada vigorosa desses grupos no sistema político nacional. Nesses dois aspectos, o pentecostalismo brasileiro tem uma instituição de maior destaque: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Esta dissertação realiza uma geografia eleitoral dos políticos vinculados à IURD nas eleições de 2000 a 2006, tomando como área de estudo o município do Rio de Janeiro. Objetiva-se, com isto, identificar e analisar que aspectos do território são considerados relevantes para a conclusão dos objetivos políticos daquela Igreja, de forma a possibilitar o conhecimento de parte de suas estratégias territoriais para a obtenção de votos. Este trabalho contribui também para um melhor entendimento do comportamento territorial e político de grupos pentecostais, além de promover o debate a respeito da relação entre política e religião no Brasil.

ABSTRACT

The growth of pentecostal groups in the last three decades has been one of the major relevant *phenomena* in the brazilian society and in other countries of Latin America. Besides, the entrance of these groups in the brazilian politics has been very notable. Respecting these two aspects, brazilian pentecostalism has its most important institution: the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG).

This work shows an electoral geography of politicians that are related to the UCKG, in the elections from 2000 to 2006, taking the city of Rio de Janeiro as a study area. The intention is to identify and to analyze which aspects of the territory are considered relevant for the conclusion of the political objectives of that Church, so that it's possible to understand part of its territorial strategies for getting more votes. This study also has the purpose of contributing with a better understanding about the political and territorial behaviour of pentecostal organizations, as well as promoting the debate about the relation of politics and religion in Brazil.

SUMÁRIO

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	1
1.1 Introdução	2
1.2 A Igreja Universal do Reino de Deus: um objeto de estudo	4
1.3 O município do Rio de Janeiro como área de estudo:	7
1.4 Objetivos, Questões e Justificativa	8
1.5 Operacionalização	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEPTUAL	13
2.1 Pentecostalismo e Igreja Universal: razões para o crescimento e sucess eleitoral	so 14
2.2 Território e territorialidade da Igreja Universal: padrões pentecostais?	18
2.3 Apreciações sobre religião e política	26
2.4 Geografia Eleitoral e o voto evangélico: um estudo de caso a partir dos resultados eleitorais de candidatos vinculados à IURD	35
2.4.1 Padrões Espaciais de Votação2.4.2 Influências espaciais na decisão de voto	37 40
3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ANÁLISES ESPACIAIS	45
3.1 Procedimentos Operacionais	46
3.1.1 Mapeamento dos templos da IURD	46

3.1.2 Construção da base cartográfica das zonas eleitorais no município do Rio de Janeiro	49
3.2 O Território da IURD no Município do Rio de Janeiro	56
3.3 Geografia Eleitoral dos candidatos ligados à IURD: 2000 a 2006	62
3.3.1 Eleições de 2000	65
3.3.2 Eleições de 2002	71
3.3.3 Eleições de 2004	86
3.3.4 Eleições de 2006:	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
BIBLIOGRAFIA 1	05
ANEXOS 1	08

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS:

Cartograma 1: Templos da IURD no município do Rio de Janeiro	48
Cartograma 2: Demonstração da construção da base cartográfica das zonas eleitorais no município do Rio de Janeiro	50
Cartograma 3: Zonas Eleitorais no município do Rio de Janeiro	52
Cartograma 4: IDH-M dos Bairros no município do Rio de Janeiro (2000)	57
Cartograma 5: Quantidade de habitantes para templo da IURD, por bairro do municipio do Rio de Janeiro	58
MAPEAMENTOS ELEITORAIS:	
2000	
Cartograma 6: Aloísio Freitas – vereador	66
Cartograma 7: Jorge Braz – vereador	67
Cartograma 8: Liliam Sá – vereadora	67
Cartograma 9: Monteiro de Castro – vereador	68
Cartograma 10: Paulo Mello - vereador	68
Cartograma 11: Verônica Costa - vereadora	69
Cartograma 12: SOMATÓRIO GERAL - vereadores	70
2002	
Cartograma 13: Bispo Geraldo Caetano – dep. estadual	72
Cartograma 14: Pastor Armando José T. Ferreira – dep. estadual	73
Cartograma 15: Bispo Iliobaldo Vivas da Silva – dep. estadual	73
Cartograma 16: Pastor Ely Patrício – dep. estadual	74
Cartograma 17: Pastora Edna – dep. estadual	74
Cartograma 18: Bispo Jodenir – dep. estadual	75
Cartograma 19: Valdeci Paiva de Jesus – dep. estadual	75
Cartograma 20: SOMATÓRIO GERAL – deputados estaduais	77

Cartograma 21: Bispo Rodrigues – dep. federal	80
Cartograma 22: Aldir Cabral – dep. federal	80
Cartograma 23: Bispo Vieira Reis – dep. federal	81
Cartograma 24: Pastor José Divino – dep. federal	81
Cartograma 25: Bispo João Mendes – dep. federal	82
Cartograma 26: SOMATÓRIO GERAL – deputados federais	83
Cartograma 27: Marcelo Crivella - senador	85
2004	
Cartograma 28: Verônica Costa - vereadora	87
Cartograma 29: Aloísio Freitas - vereador	87
Cartograma 30: Liliam Sá - vereadora	88
Cartograma 31: SOMATÓRIO GERAL - vereadores	88
Cartograma 32: Marcelo Crivella – prefeito (não eleito)	89
2006	
Cartograma 33: Armando José – dep. estadual	91
Cartograma 34: Beatriz Santos – dep. estadual	92
Cartograma 35: Jodenir Soares – dep. estadual	92
Cartograma 36: SOMATÓRIO GERAL – deputados estaduais	93
Cartograma 37: Léo Vivas – dep. federal	94
Cartograma 38: Vinícius Carvalho – dep. federal	95
Cartograma 39: SOMATÓRIO GERAL – dep. federais	95
Cartograma 40: Marcelo Crivella – governador (não eleito)	97
Cartograma 41: Redutos Eleitorais da IURD no Município do Rio de Janeiro	99
Cartograma 42: Redutos Eleitorais da IURD, considerado o IDH-M dos bairro (2000) no município do Rio de Janeiro	os 101

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1 Abrangências, por bairros, das Zonas Eleitorais do município do Rio de Janeiro 53
- Tabela 2 Quadro comparativo: os 20 bairros com maior IDH, relacionados com os 20 bairros com menor quantidade relativa de templos da IURD 59
- Tabela 3 Quadro comparativo: os 20 bairros com maior IDH, relacionados com os 20 bairros com menor quantidade relativa de templos da IURD 60
- Tabela 4 Templos da IURD no município do Rio de Janeiro, relacionados por bairro

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.1 Introdução

O sociólogo alemão Georg Simmel, citado por David Harvey (1998, p.263), afirmava que em momentos de instabilidade econômica e de efemeridade quanto à formação de valores na sociedade, ocorre um movimento contrário dentro da própria que aspira por *desejos estáveis*, que enfatizam a autoridade das instituições básicas como a família, a religião e o Estado. No contexto atual de mudança de sentimento e de experiências materiais — que alguns costumam indicar como "pós-modernidade" — situamos a recrudescência dos sentimentos religiosos enquanto parte desse processo descrito por Simmel, no sentido de uma busca a uma estabilidade moral e espiritual que não são providas pelo sistema capitalista, que é, por essência, cada vez mais instável e flexível.

O crescimento dos grupos evangélicos – sobretudo pentecostais – nas três últimas décadas enquadrar-se-ia nesse contexto, tendo sido um dos fenômenos de maior relevância na sociedade e na política não só brasileiras como em diversos países da América Latina. Desde a década de 80 essa crença passou a ter um número cada vez maior de adeptos, e tem chamado a atenção de jornalistas, cientistas sociais e demais pensadores da realidade social brasileira.

De fato, dados de pesquisa recente feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 2005, a partir do Censo Demográfico de 2000, indicam um total de 16,19% de evangélicos no país e um acréscimo de 7 pontos percentuais com relação aos dados de 1991. Nesse universo, o movimento pentecostal pode ser apontado como o principal ator – senão o único – desse crescimento exacerbado, uma vez que representa aproximadamente dois terços dos evangélicos no país. Além disso, um outro fator, de natureza essencialmente política, atribui maior

relevância ao fenômeno destacado, que é a entrada vigorosa de grupos pentecostais no sistema político nacional. E, não obstante serem numerosas as denominações pentecostais no Brasil, uma tem se destacado mais no cenário político: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Segundo o "Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil", obra desenvolvida por Jacob et al. (2003), a IURD é a terceira maior crença pentecostal em número de fiéis, com 2,1 milhões. A Igreja só perde para a Assembléia de Deus (8,4 milhões) e para a Congregação Cristã do Brasil (2,5 milhões). O que impressiona nos dados é que a IURD, conforme cita Beozzo (2003), completa este ano apenas 30 anos de existência, sendo uma das ramificações mais recentes entre as numerosas igrejas pentecostais. O que atribui relevância ainda maior a essa Igreja, enquanto objeto de pesquisa, é que não bastasse ser a que mais rapidamente cresce, é a que tem conseguido os melhores resultados na arena política, com uma expressiva representação no Congresso Nacional e nas demais instâncias parlamentares do país (estados e municípios). Muito disto se deve a seu avassalador poderio de marketing, com um canal de TV próprio – a TV Record –, e um jornal semanal de abrangência nacional, a "Folha Universal". Ultimamente, registra-se a criação de um novo partido fortemente ligado aos seus interesses, o Partido Republicano Brasileiro, que, com pouco tempo de exposição no horário eleitoral, quase elegeu o senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da IURD, para o segundo turno das eleições de 2006 para governador do estado do Rio de Janeiro.

Compreendido este panorama, o objetivo principal dessa dissertação de mestrado é a realização de uma geografia eleitoral dos votos destinados a membros da IURD no município do Rio de Janeiro, no sentido de desvelar como se dá a relação entre esse expoente grupo pentecostal e o território da cidade. Dessa

maneira, procura-se entender quais são os principais redutos eleitorais do mesmo, aspecto que, coadunado com um mapeamento dos templos dessa organização no município, pode nos fornecer considerações bastante interessantes no tocante à territorialidade dos grupos pentecostais na busca por representação política. Detalhamos os pontos fundamentais desta pesquisa a seguir, a respeito do objeto, da área de estudo, das questões e dos objetivos, para em seguida apresentar sua operacionalização e algumas considerações metodológicas importantes. Após uma breve discussão a respeito dos conceitos utilizados e da natureza do problema abordado, apresentam-se os estudos eleitorais *per se*.

1.2 A Igreja Universal do Reino de Deus: um objeto de estudo

Conforme já citamos na introdução, variados são os aspectos que fazem da Igreja Universal um objeto de estudo privilegiado perante as outras igrejas pentecostais. Primeiramente, por ter sido a Igreja que mais cresceu nas últimas décadas, tendo sido fundada em 1977 e estando em 3º lugar no ranking nacional em número de fiéis – perde apenas para as quase centenárias Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil, respectivamente de 1911 e 1910. Segundo Jacob *et al.* (*op. cit., p.* 42), a Igreja Universal passou de 269.000 fiéis em 1991 para 2,1 milhões em 2000, conformando uma taxa de variação média anual quase três vezes superior à do conjunto dos pentecostais (25,7%).

Secundariamente, pode-se citar a enorme capacidade de mídia e de marketing dessa Igreja, que se atribui de poderosos instrumentos de comunicação de massa e de "marcas" bem conhecidas, como o logotipo do coração vermelho com a pomba branca (internacionalmente difundido), o *slogan* "Jesus Cristo é o Senhor" e

a distribuição de rosas vermelhas nos cultos. Da mesma maneira, pode-se também mencionar a capacidade superior de organização política dessa Igreja, uma vez que, conforme dito na Introdução, foi criado em agosto de 2005 um partido político através do qual aquela poderá organizar suas diretrizes de forma mais uniforme, uma vez que o mesmo concentra, na base de sua organização, os líderes mais expoentes da Universal.

As relevâncias acima, postas como secundárias, são na verdade relevâncias indiretas. O que atribui à IURD uma relevância diferenciada perante outras ramificações pentecostais é sua capacidade organizacional centralizada, sobretudo no que se refere aos assuntos políticos. A cúpula da Igreja – que tem como principal mandatário o Bispo Edir Macedo – define não apenas as candidaturas que vão concorrer aos cargos disputados nas eleições, como também a distribuição das mesmas por regiões. Há um pensamento estratégico territorial definido a priori. É bem verdade que, conforme demonstra Ari Pedro Oro (2003), outras Igrejas procuraram seguir o exemplo da IURD, copiando certas estratégias dessa Igreja. No entanto o autor demonstra que é apenas a Igreja Universal que consegue, ao mesmo tempo, estabelecer arbitrariamente suas "candidaturas oficiais", pelas decisões de sua cúpula, e exercer uma forte pressão para direcionar o voto dos fiéis a seu favor¹. Para ilustrar isso, o autor cita uma passagem do Bispo Rodrigues, conhecido estrategista da IURD, no Jornal do Brasil em 2001: "Nossa força é que temos uma hierarquia, há uma hierarquia que é seguida à risca" (RODRIGUES apud ORO, op.cit., p. 56). Isto significaria dizer que o poder da instituição prevalece sobre o dos indivíduos, e que os pastores eleitos através da IURD não seriam donos de seus mandatos, mas estes estariam sob a tutela da Igreja.

_

¹ Oro cita algumas táticas utilizadas pela Universal para a forte conquista dos votos de seus fiéis, dentre elas o efeito de dar um certo sentido religioso ao voto, assemelhando este à exorcização dos demônios na política.

Maria das Dores Machado, em seu livro "Religião e Política", concorda com Oro e, fazendo um contraponto da IURD perante outras igrejas, afirma que

"(...) tirando os membros dessa denominação [a IURD] que, como vimos, indica os candidatos, fornece assessoria política e realiza uma efetiva campanha política de seus representantes, nos demais casos o empreendimento político tem um caráter mais individual, ainda que receba aval e apoio de determinados setores da comunidade confessional" (MACHADO, 2006a, p.128).

Ou, ainda:

"O pronome 'nós' refere-se ao Conselho de Bispos da Igreja, que há anos se reúne para definir o número de candidaturas, a pauta política, os prováveis candidatos e as regiões geográficas onde cada nome será trabalhado" (*op. cit.*, p. 149).

A autora expõe ainda muitos relatos e depoimentos de políticos ligados à IURD que indicam esse controle sobre seus comportamentos parlamentares e eleitorais, mas que não convém serem citados aqui. Por ora estabelecemos apenas a justificativa da escolha da IURD enquanto objeto, a respeito de seu crescimento exacerbado nos últimos anos, de sua capacidade superior de organização perante outras igrejas pentecostais e de seus resultados eleitorais que, conforme demonstra Machado (*op.cit.*), sobrepujam, pelo menos no estado do Rio de Janeiro, os resultados de outras ramificações. Na última parte deste trabalho, quando são apresentadas as análises espaciais, os resultados obtidos de fato sugerem uma divisão muito bem definida da atuação dos candidatos pelo território, existindo pouca interseção de redutos eleitorais entre candidatos concorrendo a mesmos cargos. Isto seria mais um traço da capacidade superior de organização da Igreja Universal, frente a outras igrejas.

1.3 O município do Rio de Janeiro como área de estudo:

O simples fato de ser o município do país que concentra o maior número de fiéis da Igreja Universal – são 350 mil ao todo, contra, por exemplo, 240 mil no município de São Paulo (JACOB *et.al.*, *op.cit*, p.42) – já colocaria o município do Rio de Janeiro como uma interessante área de estudo para a realização da geografia eleitoral que se pretende nessa dissertação. Além disso, podemos citar que é nesse município que se localizam os centros mais influentes da Igreja, como o "QG" de Del Castilho – A Catedral Mundial da Fé, na avenida Dom Hélder Câmara² – e a sede da Rede Record, principal meio de comunicação da Igreja.

Entende-se ainda que a cidade do Rio de Janeiro, segunda maior metrópole do país, guarda importantes diferenciações sócio-espaciais, e que pode fornecer uma base suficiente de informações a respeito das preferências territoriais da Igreja Universal na localização de seus templos e na busca por votos. No município do Rio de Janeiro, as zonas eleitorais são pequenas e com isso fica mais fácil estabelecer diferenciações quanto às condições sócio-espaciais entre uma zona e outra. Em um possível contexto em que o espaço de análise fosse ampliado, esse conhecimento espacial tornar-se-ia mais complexo, e talvez, em grandes zonas eleitorais, impossível de ser percebido.

⁻

² Este endereço guarda um aspecto interessante: os membros da IURD continuam chamando a avenida em que se localiza a Catedral de "Avenida Suburbana", seu antigo nome. O nome novo, "Dom Hélder Câmara", decretado pelo ex-prefeito Luís Paulo Conde (1997-2000) não é utilizado nas propagandas da IURD, por se tratar do nome de um importante bispo católico.

1.4 Objetivos, Questões e Justificativa

Foi definido como objetivo principal da pesquisa a compreensão de como os grupos pentecostais pensam o território, no sentido de identificar e analisar que aspectos do mesmo são considerados relevantes para a conclusão de seus objetivos políticos. A escolha da Igreja Universal do Reino de Deus como objeto de estudo demanda que sejam feitas algumas concepções mais gerais a respeito da crença pentecostal, uma vez que tal grupo é o mais importante expoente do recente crescimento pentecostal e também por servir de exemplo, em muitos aspectos, para outras ramificações do pentecostalismo.

Toma-se como hipótese, portanto, que a Igreja Universal considera certos aspectos da sociedade que, materializados no território, serão valorizados na condução de suas ações. Dessa maneira busca-se, partindo do território do município do Rio de Janeiro, quais são seus aspectos valorizados por essa Igreja na busca por votos. Isto implica a formulação de algumas questões. A primeira questão é mais geral, levando-nos a perguntar se de fato existe uma estratégia territorial da Igreja Universal. Como não se pode ter acesso às decisões de cúpula dessa organização, a hipótese é considerar que sim, uma vez que se trata de um grupo organizado da sociedade civil em crescente busca por espaços de poder sobre a sociedade. Se considerarmos, como explicitado mais adiante nos fundamentos teórico-conceptuais dessa apresentação, que os grupos pentecostais privilegiam os segmentos mais populares da sociedade, e que estes estão heterogeneamente distribuídos no território, essa hipótese *deve* ser afirmativa.

Partindo dessa primeira pergunta, estabelecemos a questão principal do trabalho, a saber: quais são os territórios políticos da IURD?

Essa pergunta implica buscar conhecer quais são as estratégias territoriais que esse grupo considera na obtenção de seus votos. E para respondê-la consideramos ser fundamental, de início, identificar o espaço "material" de atuação da Igreja, através da localização de todos os seus templos na cidade. E isso constitui a primeira questão específica do trabalho: como se constitui o "território iurdiano" no município do Rio de Janeiro?

Neste sentido, a primeira etapa empírica do trabalho consiste no mapeamento dos 240 templos da Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro, relacionados com as condições sócio-econômicas espacialmente diferenciadas da cidade. Partindo de algumas idéias e concepções mencionadas em bibliografia — e que são brevemente apresentadas na parte teórico-conceptual desta dissertação — tomamos como hipótese que esses templos deveriam se concentrar nas áreas mais pobres da cidade. E tal se verificou, pois, conforme se observa na parte final desse trabalho, onde são realizadas as análises espaciais, existe uma maior concentração de templos da IURD nas áreas menos desenvolvidas da cidade.

Considerando que os templos são os principais espaços de pregação dessa Igreja, e que será principalmente através deles que serão feitas as campanhas para eleger seus representantes (seja diretamente pelos pastores — o que tem sido bastante combatido pelos tribunais eleitorais, ou indiretamente, pela persistente militância dos fiéis), é possível a construção da hipótese de que os espaços onde a IURD conseguirá mais votos serão as áreas em que as rendas médias de seus habitantes são mais baixas. Esta é a hipótese que conduz à segunda questão específica estabelecida, i.e., saber quais são os principais redutos eleitorais da IURD no município do Rio de Janeiro.

Os procedimentos para a execução das duas questões específicas do trabalho serão demonstrados na parte que segue. Por ora, justificamos a realização dessa pesquisa por acreditarmos ser o objeto da mesma um novo e importante ator da política brasileira e que, na conta de tantas dúvidas e controvérsias que o envolvem, não se pode fugir à necessidade de se conhecer seus efeitos perante a sociedade brasileira, sejam eles tanto políticos quanto territoriais. Além disso, não se foge ao fato de que o estudo da política e do sistema político-administrativo apresentam uma importante contribuição para o entendimento das dinâmicas territoriais.

É importante ressaltar que a dissertação parte do suposto de quea política se dota de autonomia explicativa para muitos fenômenos da realidade sócio-espacial, e isto se evidencia quando avaliamos o crescimento impactante da IURD como um proeminente ator político brasileiro. No entanto, a relação entre política e território, que define o campo de estudos da Geografia Política, tem sido muitas vezes relegada a segundo plano como fator explicativo dos fenômenos sociais (CASTRO, 2005), sendo privilegiados fundamentos explicativos economicistas ou mesmo, mais recentemente, culturais.

Propõe-se, portanto, com um estudo de geografia eleitoral, resgatar a relação entre política e território, no âmbito de uma geografia política contemporânea, que nos permita um melhor entendimento do sistema político e eleitoral brasileiro e que nos ajude a pensar os desafios e as formas de inserção do Estado como provedor de civilidade e democracia.

1.5 Operacionalização

A obtenção dos dados empíricos para essa pesquisa se divide em duas partes. A primeira se trata do mapeamento dos templos da IURD, relacionados com as características sócio-econômicas das áreas em que se localizam. A segunda, por sua vez, é a geografia eleitoral dos votos "iurdianos" nas eleições de 2000 a 2006.

Para a realização da primeira parte foi feita, através do portal eletrônico "Arca Universal", a busca dos endereços de todos os 240 (duzentos e quarenta) templos da mesma. Isso feito, procedeu-se ao mapeamento dessas unidades, com o objetivo de relacioná-las com as características sócio-econômicas dos bairros a que pertenciam.

A segunda parte da análise consiste de fato na geografia eleitoral a que se propõe o objetivo principal da dissertação. Foram realizados mapeamentos considerando-se como espaços de análise as *zonas eleitorais* da cidade, levando-se em conta os votos destinados a políticos ligados à IURD desde as eleições municipais de 2000 até as eleições estaduais e federais de 2006.

A princípio, considerou-se a contabilização dos votos de *todos* os políticos "iurdianos": os eleitos e os não eleitos. No entanto, com o temor de se ampliar muito os dados a serem trabalhados, e, também, considerando-se a dificuldade de identificar todos esses políticos³, preferimos trabalhar apenas com os políticos eleitos, por serem as principais personagens deste universo.

A idéia de se considerar o período de 2000 a 2006 é que, dessa maneira, obtém-se um período eleitoral bastante razoável (4 pleitos, sendo dois municipais e

[^]

³ Sabe-se que, antes de 2005, os políticos da IURD se encontravam "pulverizados" em diversos partidos, o que, para Oro (2003), tratava-se de uma estratégia de obtenção de maior barganha política. No entanto, a partir do referido ano, com a criação do Partido Republicano Brasileiro – um partido que tem a IURD como uma das principais articuladoras – espera-se nele uma maior concentração desses políticos, e, por fim, maior facilidade em identificá-los.

dois estaduais/federais), sem ampliar muito o escopo de análise. Além disso, considera-se um período em que a participação política da Igreja Universal já se encontra bem estabelecido, evitando que se promovam grandes interferências de ordem temporal à geografia eleitoral realizada.

É importante destacar que muitos fatos ocorreram desde o período de pleito até o final das legislaturas, tendo impacto direto e/ou implicando mudanças no resultado das eleições, como migrações partidárias, abandono das denominações religiosas, aumento da concorrência inter-religiosa (o que interfere no desempenho das igrejas) e escândalos recentes de corrupção envolvendo pastores evangélicos⁴. No entanto, para efeito dessa pesquisa, entendemos que a consideração minuciosa de tais fatos é desnecessária para nossos objetivos, uma vez que não interferem no âmbito estritamente *eleitoral* que constitui nosso foco.

A expectativa é que, com a realização dessa geografia eleitoral, relacionada com a disposição dos templos da IURD e com as características sócio-econômicas dos bairros da cidade, possamos desenvolver um entendimento mais apurado a respeito das estratégias territoriais dos grupos pentecostais na obtenção de votos. A idéia é que, a partir desse ponto, seja possível a construção de ponderações a respeito de quais são os territórios "controlados" pela IURD, o que pode indicar que tais seriam as áreas em que o Estado se faz pouco presente, perdendo espaço para outros tipos de organização da sociedade civil.

_

⁴ O último deles, em 2005, envolveu o Bispo Rodrigues, um dos principais articuladores políticos da IURD. Acredita-se que esta é uma das causas que rendeu um desempenho bem menos notável dos políticos evangélicos no pleito de 2006, se comparados ao pleito de 2002.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEPTUAL

2.1 Pentecostalismo e Igreja Universal: razões para o crescimento e sucesso eleitoral

"O termo 'pentecostal' foi criado para identificar aqueles que integram um movimento da tradição protestante fundado nos Estados Unidos no início do século XX. A base social desse movimento vem dos segmentos populares e negros, e a base bíblica, do livro *Atos dos apóstolos*, cuja leitura literal gerou a crença de que o mesmo fenômeno ocorrido com os apóstolos no dia de Pentecostes — o batismo de fogo — poderia se repetir entre os fiéis, abrindo-lhes a possibilidade do desenvolvimento de dons carismáticos, como cura, profecia, glossolalia e libertação, entre outros. (...) Hoje, porém, o termo pentecostalismo é utilizado para classificar uma série de denominações religiosas marcadas na prática por uma grande diversidade teológica e ritual" (MACHADO *apud* MACHADO, 2006ª, p. 9).

Essa boa definição de Maria das Dores Campos Machado compõe uma idéia geral do que é a doutrina pentecostal, que surge no bojo das igrejas protestantes, conforma uma série de doutrinas diferentes, mas mantém características comuns que permitem classificar o pentecostalismo enquanto tal.

O movimento pentecostal surgiu nos Estados Unidos da América no início do século XX, entre a população negra e pobre. Chegou com considerável rapidez ao Brasil, com a fundação da "Congregação Cristã do Brasil" (em São Paulo, no ano de 1910) e a "Assembléia de Deus" (em Belém, no ano de 1911), e logo a partir dos anos 30 já começou a espantar círculos religiosos mais tradicionais do país com seu crescimento e diversificação (CESAR, 2000).

De fato, o crescimento arrasador que caracteriza o movimento, e que se intensifica a partir dos anos 80, deve-se tanto a características e princípios próprios do pentecostalismo quanto a especificidades na dinâmica sócio-espacial brasileira.

Vulgarmente, poder-se-ia afirmar que as igrejas pentecostais são mais "populares", uma vez que os cultos permitem a expressão dos fiéis como atores mesmos da pregação e são carregados de emoção coletiva. No entanto, esses aspectos são na verdade reflexos de uma configuração doutrinária libertária, que se aproxima da realidade social e aparentemente supera a relação dicotômica entre o secular e o sagrado, característica das instituições religiosas tradicionais – como a Igreja Católica e as Igrejas Protestantes chamadas "Históricas" (CESAR, *op.cit.*). Dessa forma, segundo Cecília L. Mariz, o pentecostalismo reencanta o protestantismo quando traz a possibilidade de milagres e curas no cotidiano (MARIZ, 2000). As palavras de Waldo Cesar são conclusivas a esse respeito: "(...) O pentecostalismo estaria evidenciando (...) a necessidade de se buscar um 'novo paradigma da salvação'. O poder da palavra e a conquista de espaços no mundo secular evidenciam uma outra forma de ser igreja" (*op.cit.*, p.66).

A aproximação com o "mundo secular" e os problemas do cotidiano, associada a práticas de culto mais populares e carismáticas atraem com muito vigor as camadas mais pobres da sociedade, partindo também dessas os quadros religiosos, cuja formação dispensa academicismos e valoriza apenas o dom da palavra e o conhecimento biblíco. De fato, como é ressaltado por muitos autores (SAMPAIO MACHADO, 1994, CESAR, *op.cit.*, MARIZ, *op.cit.*, SOUZA e MAGALHÃES, 2002a), estas camadas da sociedade são a principal manjedoura de fiéis para as igrejas pentecostais. E se considerarmos os crescentes dilemas sociais do país, relacionados com o aumento da pobreza e das disparidades de renda, entende-se a expansão desse tipo de seita, que tem como proposta primordial a salvação espiritual contra essas e outras mazelas.

É válido destacar, nesse aspecto, o surgimento das chamadas doutrinas "neopentecostais", uma nova variedade surgida na década de 60 no seio do dinamismo pentecostal, e cujo maior exemplo é a Igreja Universal do Reino de Deus.

A diferença está em uma menor rigidez nos costumes e na adoção da chamada "teologia da prosperidade", que prega não somente a salvação espiritual como também "financeira" de seus fiéis, ao contribuírem com os dízimos (CESAR, *op. cit.*).

A respeito disso, Patrícia Birman (2003) demonstra que as igrejas pentecostais e principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, ao conduzirem suas práticas, constroem um novo imaginário de nação que confronta o imaginário tradicional católico. Segundo a autora, a IURD subverte o imaginário de "maior país católico do mundo" ao se fazer cada vez mais presente na sociedade, sobretudo através da mídia. E mesmo a mídia não controlada por esse grupo passa a ter uma visão diferenciada perante os grupos pentecostais: se antes eram estigmatizados, hoje são cada vez mais atribuídos de um valor positivo, ao apaziguarem forças disruptivas da sociedade. A Igreja Universal combate a idéia tradicional do "popular", comum ao repertório católico conservador, que acaba por vincular os segmentos populares a um lugar hierárquico inferior. A imagem paternalista do "povo sofrido", longamente cultivada pela Igreja Católica, é combatida pelo novo ethos iurdiano, que cria uma "imagem de religião associada à riqueza, à opulência, ao cosmopolitismo e à globalização" (p. 242). O crente iurdiano é chamado a ascender socialmente, através do trabalho e de seu esforço. Contra o "humilde devoto", o "homem de negócios", segundo a autora, passa a ser uma espécie de tipo ideal criado pela IURD, no bojo de um novo imaginário nacional em que os valores da igualdade e do individualismo ganham uma maior importância.

Dentro dessa linha, Souza e Magalhães (2002b) afirmam que é difundido o pensamento, dentro das igrejas pentecostais e sobretudo na IURD, de que "só não é abastado quem não quer". O fiel, ao pagar o dízimo, deve exigir de Deus tudo aquilo que prometeu, pois está no *direito* de receber. Assim afirma o Bispo Edir Macedo

(apud SOUZA e MAGALHÃES, op.cit., p.97): "(...) Tudo aquilo que Ele promete na sua palavra é uma dívida que tem para você (...). Quando pagamos o dízimo a Deus, Ele fica na obrigação (porque prometeu) de cumprir a Sua Palavra, repreendendo os espíritos devoradores (...)". O fiel é então convocado a perseverar, a trabalhar, a pagar os dízimos e a cobrar o retorno de Deus, que vira, conforme ressaltam as autoras, um "instrumento nas mãos do fiel". Quando esse retorno não vem, isto é devido à presença do Diabo ou de encostos (os "espíritos devoradores" citados acima), que devem ser extirpados pela pregação.

Também é conveniente destacar o papel que tem a IURD e outras igrejas pentecostais ao semearem, entre classes mais carentes, a importância do voto para a reivindicação de seus direitos e para a mudança de seus cotidianos. Conforme demonstra Machado (2006a), ao citar pesquisa realizada pelo DataUFF no início desta década, o segmento da sociedade no qual se verificou maior interesse pelo comparecimento às urnas foi o das mulheres de classes mais pobres (é reconhecido que as mulheres são maioria em muitas das igrejas pentecostais), de baixa escolaridade e pentecostais. Também Oro, ao citar trabalho de Alexandre B. Fonseca, mostra que, para muitas pessoas, participar de uma igreja como a IURD significa a primeira experiência de se conversar sobre política e de se valorizar o voto (ORO, op.cit., p.65). Não nos resta a menor dúvida, todavia, a respeito da intencionalidade desse "despertar para a cidadania". E sobretudo se consideramos, no âmbito dos estudos a respeito do comportamento eleitoral, que o voto religioso é "barato" por natureza, a intenção por detrás da atitude se torna óbvia. No entanto, é inegável que se trata de um diálogo importante que, se não cumprido pelo Estado, passa a ser cumprido (e com muito sucesso) pelas igrejas evangélicas⁵.

-

⁵ A respeito disso, consideramos ser digno de nota que, em breve análise dos conteúdos do jornal da IURD – que, por ter abrangência nacional, se trata de um de seus principais veículos de propaganda

Não podemos desconsiderar, ainda no conjunto das igrejas pentecostais, o fato de que, conforme demonstra Machado (*op.cit.*), praticamente todas elas têm no assistencialismo um poderoso capital eleitoral. A autora alerta, contudo, para o fato de que este não é prerrogativa dessas igrejas, mas de grande parte dos políticos brasileiros. Ainda sobre esse aspecto, a autora cita a "Associação Beneficente Cristã", órgão assistencialista pertencente à IURD que, por ser unificado, demonstra ainda um enorme poder centralizador desta perante outras igrejas.

Finalmente, conforme veremos na parte seguinte, Mônica Sampaio Machado demonstra que, assim como os pentecostais têm nas classes mais pobres sua principal clientela, a maior parte de seus templos será localizada nas periferias das grandes cidades, que são áreas tradicionalmente mais carentes (SAMPAIO MACHADO, 1992). Tomando essa afirmação como hipótese, comprovamos sua veracidade ao realizar um mapeamento dos templos da Igreja Universal, que tendem a se concentrar nas áreas de menor desenvolvimento humano na cidade.

2.2 Território e territorialidade da Igreja Universal: padrões pentecostais?

Uma discussão sobre a geografia eleitoral de votos evangélicos e a percepção do espaço por esses grupos não pode prescindir de um debate a respeito dos conceitos de território e territorialidade. Nesta parte, procuramos delimitar os conceitos de território e territorialidade que pretendemos adotar, para então partir para uma discussão mais específica sobre a territorialidade pentecostal.

-

^{-,} percebemos que não se trata apenas de *mero* panfletismo. A Folha Universal, a despeito da óbvia seção panfletária, trata de muitos problemas da vida cotidiana, sobretudo chamando a atenção da população para o descaso dos governos com áreas carentes. Nesse aspecto, é seguro afirmar que se trata de um jornal com um senso crítico mais apurado que os jornais "laicos" destinados às classes menos abastadas. A partir daí percebe-se, ainda que de forma tendenciosa, a importância dada por tal igreja ao incutir o espírito crítico e do voto em seus fiéis.

A respeito do conceito de território, concordamos com a definição que faz Gomes, nas primeiras páginas de "A Condição Urbana", em que território é "uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem" (2002, p.12). De fato a caracterização eminentemente política do conceito, compartilhada por geógrafos como Robert Sack e Marcelo Lopes de Souza, parece-nos dar contornos muito mais claros e precisos do que outras concepções correntes que ampliam largamente seu escopo, correndo às vezes o risco de não diferenciá-lo do espaço social como totalidade — como a definição de Rogério Haesbaert, que parece aproximar-se bastante desse padrão. Esta situação é por sinal bastante interessante, pois podemos acreditar que, ao aumentar a dimensão classificadora de um conceito, estamos enriquecendo-o; no entanto, muitas vezes é justamente a definição de limites menos audaciosos e mais precisos na formulação de um conceito que nos permite fazer uma análise clara da sociedade, fugindo de truísmos e tautologias.

As definições do geógrafo Robert David Sack para os conceitos de territorialidade e território são bastante precisas no que se refere à dimensão do poder. Para ele, "human spatial relations are the results of influence and power. Territoriality is the primary spatial form power takes" (SACK, 1986, p.26)⁶. Ao dizer isso, o autor associa de forma bastante clara o poder com o fato de se criar um território, ou melhor, assume que uma territorialidade é a forma espacial do poder.

Mais precisamente, uma territorialidade para Sack trata-se de uma tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e controle de uma área geográfica à qual se denomina *território* (*op.cit.*, p.19). Ficam claras, portanto, as concepções do

_

⁶ "Relações espaciais humanas são os resultados da influência e do poder. A territorialidade é a forma espacial primária que o poder toma".

território enquanto uma área sobre a qual é exercido um poder, e da territorialidade enquanto uma estratégia de manutenção desse poder. A riqueza da contribuição de Sack está também na percepção de que a territorialidade e o território, enquanto fenômenos socialmente construídos, estão presentes em diferentes escalas e contextos, como os espaços internos das casas e mesmo os espaços de trabalho.

Marcelo Lopes de Souza parece concordar com essa definição ao caracterizar o conceito de território enquanto espaço fundamentalmente "definido por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2003, p.78).

As contribuições acima nos fazem perceber que o território parte de uma prévia determinação política por parte do grupo que o criou, e não simplesmente emana do solo para as concepções da sociedade. O território é sempre uma construção sócio-política: ele não se "naturaliza" ou mesmo torna-se base de um "enraizamento" por parte de uma sociedade que sobre uma determinada área fundamenta suas práticas, sem que uma prerrogativa política o tenha iniciado. Nesse sentido, acreditamos que Souza acerta ao criticar as concepções de Ratzel a respeito da criação da identidade nacional a partir da relação da sociedade com o Boden (solo) (op.cit., p.85). O que deve ser destacado é que esse solo ratzeliano, conforme afirma Iná Elias de Castro, trata-se de um "continente de signos e símbolos socialmente construídos [grifo nosso] e valorizados como patrimônio comum de um povo" (CASTRO, 2005, p.68). Isso quer dizer que os signos e símbolos não simplesmente emanam de um certo convívio social, mas são social e historicamente construídos forjando um conjunto identitário com fins claramente políticos e espaciais, ou territoriais.

Para uma discussão a respeito da territorialidade pentecostal, e, mais especificamente, da territorialidade da Igreja Universal, acreditamos que as

definições acima constroem, ainda que de forma bastante breve, os limites dos conceitos que devem ser utilizados nesta dissertação. Todavia, com o intuito de (não) encerrar a discussão, consideramos necessário também discutir os conceitos definidos por Rogério Haesbaert, uma vez que o autor tem nas relações entre território e identidade um importante objeto de estudo, e tais dimensões são primordiais no universo pentecostal.

O problema que consideramos na construção conceptual deste autor é que o território por ele definido ultrapassa sua natureza enquanto apropriação estritamente política: para o mesmo, a definição do conceito deve ser ampliada, admitindo o território também ser fruto de uma apropriação "simbólico-cultural" (HAESBAERT, 2003, p.168). O autor chega a propor um território como um espaço de múltiplas dimensões, integrando as esferas política, econômica e cultural. Acreditamos, no entanto, que ao fazer isso o autor pouco acrescenta à definição do conceito ou mesmo reduz seu poder de análise, uma vez que o território acaba se transformando em um universo muito amplo e difícil de ser diferenciado da própria espacialidade social. O que daria legitimidade ao conceito seria mesmo a questão do poder, sendo as outras dimensões apenas estratégias e formas de controle: Segundo Gomes,

"(...) não acreditamos que a noção de território se confunda com qualquer dimensão emotiva ou de identidade (esta visão de território como definido pelo sentimento de identidade é uma das mais utilizadas pela geografia), pois estas já seriam parte de uma estratégia de tomada do controle" (op.cit., 2002, p.12).

A partir das concepções supracitadas, podemos dizer que o território é a área controlada, e a territorialidade, a estratégia de controle. Para os grupos pentecostais (e grupos religiosos em geral), consideramos que a forma material mais visível de

controle do espaço é o templo. O templo é o principal marco espacial dos grupos religiosos, sendo uma construção fixa e, em muitos casos, de destaque na paisagem. No caso da Igreja Universal do Reino de Deus, podemos definir um aspecto claro e comum a quase todos os seus templos que os destacam na paisagem: eles normalmente têm em suas fachadas um grande letreiro, que às vezes tem tamanho de *outdoor*, no qual são grafados o nome e o conhecido logotipo da igreja (um coração vermelho com uma pomba branca no meio), e o *slogan* "Jesus Cristo é o Senhor" (este *slogan* também é, por vezes, acompanhado do ditame "Pare de Sofrer", que remete a curas no cotidiano, uma característica comum às igrejas pentecostais). Pode-se dizer, portanto, que os templos da IURD seguem um padrão, conformando uma estratégia espacial em que aqueles são marcos territoriais de fácil reconhecimento na paisagem. O caso da IURD guarda ainda uma especificidade perante a maioria das igrejas pentecostais, no sentido de que muitos de seus templos são obras pujantes, de enorme destaque na paisagem, seja por suas dimensões ampliadas, seja por uma arquitetura diferenciada. O exemplo da "Catedral Mundial da Fé", no bairro de Del Castilho, no subúrbio do município do Rio de Janeiro, é o que melhor ilustra esse aspecto. Trata-se da "matriz" da organização, e é uma obra de enormes dimensões, visível há muitos quilômetros de distância e também de algumas das principais vias de transporte da região (por exemplo, as autopistas da linha amarela e a linha dois do metrô, que passa sobre a superfície na maior parte de sua extensão).

Há também outras estratégias de controle espacial por parte da IURD, e que são comumente utilizadas pelos grupos pentecostais, como a ocupação de espaços públicos como praças e saídas do metrô para a prática de cultos, e a utilização temporária de espaços privados para a prática de ações especiais. Tais

territorialidades construiriam os chamados "territórios móveis", conforme definidos por Sack (*op. cit.*).

Poderíamos dizer que é também uma forma temporária de controle territorial a realização de cultos em espaços que normalmente recebem outros tipos de eventos, como os estádios de futebol. Em artigo que demonstra a enorme capacidade de mídia da Igreja Universal, Patrícia Birman (*op.cit.*) demonstra que a capacidade de conquista territorial da IURD não reside apenas na ocupação de espaços atípicos, como os estádios e as praças públicas, mas também na realização de eventos que extrapolam o território de atuação dos templos da Igreja e que, através da mídia, levam os fiéis a transcenderem o território que habitam e a ocuparem um território transnacionalizado. A autora cita, por exemplo, o espetáculo da "Fogueira de Israel", há anos organizado na mídia e nos templos pela IURD.

A Fogueira de Israel se trata de uma peregrinação de bispos da Igreja, cujo objetivo é o recolhimento de pedidos de milagres que, acompanhados de doações, promoveriam a viagem daqueles até Israel, para a queimada desses pedidos em uma "fogueira santa" no "centro sagrado do mundo". Ainda segundo Birman, trata-se de uma *corrente* "que vincula pessoas de dentro e de fora da Igreja, bem como pessoas de territórios estigmatizados e espaços públicos 'centrais' e transnacionais" (*op.cit.*, p.243). Essa corrente, transmitida pelos meios de comunicação da Igreja e realizada através de grandes espetáculos em templos e espaços públicos, faz com que seus membros se sintam parte de uma "comunidade afetiva", "cuja abrangência pretende ultrapassar por suas conexões sucessivas o plano local, na qual estão situados os fiéis" (*op.cit.*, p.244). O evento é transmitido como uma "conquista territorial": a Igreja conquista a cidade santa, e o fiel, segundo a autora, sente-se libertado de seu território de origem, muitas vezes estigmatizado, e pertencente ao

território transnacionalizado da Igreja. O interessante dessa abordagem é que, para além de uma simples concepção material e fixa do território das igrejas pentecostais, a autora nos mostra que as correntes, através da conexão *em rede* dos territórios locais da IURD (propiciada sobretudo pela mídia televisiva), leva os fiéis a transcenderem esses mesmos territórios locais e, fazendo parte dessa rede, a "ocuparem" outros territórios. Isto nos leva a reconsiderar a afirmação de Rosendahl que, ao estudar a dinâmica das peregrinações, não as caracteriza como atividades comuns do protestantismo (ROSENDAHL, 1999, p.27). Se as peregrinações não são efetuadas no protestantismo histórico, arrisca-se sugerir que o neopentecostalismo, com a flexibilidade que lhe permite incorporar práticas características de outras religiões, engendra uma espécie de peregrinação que, embora virtual, tem fortes efeitos territoriais e sobre o imaginário e inspiração religiosa dos fiéis.

Em uma abordagem mais organizacional da territorialidade pentecostal, i.e., no que se refere à organização de seus templos, a geógrafa Mônica Sampaio Machado (1992, 1994) investigou, em importantes trabalhos, quais seriam as estratégias espaciais das igrejas pentecostais.

O primeiro aspecto constatado pela autora é que tais igrejas são um fenômeno eminentemente urbano, concentrando-se nos espaços mais carentes das cidades, como as periferias das grandes metrópoles. A autora demonstra essa concentração através de estudos comparativos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que apresentam maiores concentrações de fiéis e templos na sua periferia.

Um segundo aspecto remete ao fato de que, uma vez que as Igrejas pentecostais se valem de uma estrutura organizacional relativamente descentralizada e flexível, a fundação de igrejas é um processo bastante fácil. Isto é assim uma vez que tais igrejas não requisitam um sacerdócio altamente

especializado (os pastores podem ser "leigos": basta terem o "dom da palavra" e o saber bíblico), nem tampouco concepções espacial, territorial e temporal prévias para o estabelecimento de templos. Isto quer dizer que um espaço de oração pode ser constituído em territórios móveis, como praças, salas dentro de moradias particulares, antigas galerias de cinema, e até em templos pujantes. Além disso, não existe uma organização territorial contígua e previamente definida, como é o caso da Igreja Católica. No pentecostalismo, os templos por vezes se localizam muito próximos uns dos outros, às vezes inexistem em certas áreas, e ocupam e desocupam lugares com muita freqüência. Da mesma forma, não há uma organização centralizada por parte da Igreja para a construção de novos templos: a criação de pontos de pregação pode partir do próprio fiel, dentro de sua casa. Assim, a autora afirma ser a descentralização "a mola que impulsiona todo o ciclo de reprodução pentecostal" (SAMPAIO MACHADO, 1992, p.85). Ainda:

"Apesar de haver um controle sobre as igrejas por parte das instâncias superiores de poder que configuram uma dada denominação, a difusão pentecostal não depende das determinações destas instâncias, mas do esforço individual de cada crente" (*op.cit.*, p.80).

Para a referida autora, a estratégia espacial do pentecostalismo se caracterizaria então por uma *territorialidade informal e fugaz*, essencialmente dinâmica, moderna e ajustável às mudanças advindas da sociedade contemporânea. Os templos constituiriam uma complexa rede de pontos, que se modifica ao longo do tempo, ao contrário dos territórios católicos, fixos e contíguos.

Consideramos, no entanto, que essa construção conceptual, se é aplicável a grande parte das igrejas pentecostais, não se aplica totalmente à Igreja Universal. Essa organização, conforme já mencionado, é dotada de alta capacidade de

centralização, tanto no aspecto político, ao selecionar *a priori* candidaturas e distribuí-las pelo território, considerando suas especificidades e potencialidades, quanto no aspecto organizacional, uma vez que a Igreja é dotada de uma alta cúpula que controla todos seus meios de comunicação e à qual são submetidos todos os seus templos. Além disso, conforme dito, os templos da Universal são "padronizados", mesmo que minimamente.

Com base nesses indícios arriscar-nos-íamos a dizer que a territorialidade informal e fugaz defendida por Machado não se aplicaria de todo para o caso da IURD. Talvez à forma dos templos, e aos espaços em que eles se localizam, essa informalidade possa ser atribuída. Não acreditamos, todavia, que tal possa ser dito com relação à formação do território da Igreja, que acreditamos ser previamente estudado, com uma determinação de "cima para baixo" para a implantação de novos templos. E se tomarmos como referência os resultados obtidos pela geografia eleitoral realizada no final desta dissertação, tal hipótese parece se confirmar, pois eles induzem de fato a se crer em uma organização territorial definida a priori. Importa ressaltar que o conhecimento dessa crença, bem como de seu comportamento na sociedade e no espaço e das classes sociais que ela abrange, é subsídio imprescindível à interpretação dos mapeamentos eleitorais aqui realizados, conforme poderá ser visto nos resultados das análises.

2.3 Apreciações sobre religião e política

Procuramos aqui discutir alguns temas muito comumente discutidos a respeito da relação entre o pentecostalismo e a política. Uma vez que esse grupo doutrinário – dentro do qual se enquadra a IURD – tem, geralmente, as classes mais

pobres como principal alvo, tais discussões assumem um caráter ainda mais explosivo e polêmico.

O crescimento do pentecostalismo tem provocado em muitos analistas susto e muitas vezes temor. Antes de mais nada, é necessário dizer que no pensamento científico deve-se fazer sempre um esforço contra preconceitos e sobretudo contra o senso comum, para se fazer uma análise racional e lógica dos fenômenos. Organizamos esta parte debatendo alguns argumentos bastante utilizados quando se trata da atuação pentecostal na sociedade e na política brasileiras.

Para iniciar o debate, convém trazer à tona a discussão sobre a laicidade do Estado e os riscos que grupos religiosos podem trazer para esse estatuto. Sobre esse respeito, convém citar argumento de Ari Pedro Oro:

"(...). Com efeito, malgrado a separação oficial entre igreja e Estado, a história das relações entre política e religião no Brasil sugere menos a existência de autonomia e oposição entre esses campos do que de continuidade, ponte, transito e passagem, o que resulta na dificuldade de se traçar fronteiras claras" (op. cit., p.64).

De fato, o autor não é o único a concordar que, no Brasil, os ideais modernos clássicos a respeito da separação entre Igreja e Estado não se aplicam de forma tão firme como em outros estados nacionais, como a França. Paula Montero concorda com esse argumento ao afirmar que, embora a emancipação da esfera secular tenha sido um fenômeno próprio da modernização, que culminaria com a separação jurídica entre Estado e Igreja, a dimensão *normativa* do paradigma weberiano a respeito da secularização não deve ser utilizada. E cita José Casanova:

"(...) uma vez que a secularização foi concebida como um processo teleológico universal cujo resultado era conhecido de antemão (o declínio religioso e sua privatização), os cientistas sociais não se interessaram em estudar os diferentes caminhos que as sociedades tomam (CASANOVA apud MONTERO, 2006, p.48).

Dessa maneira, seria despropositado medir o "quanto" de secularização existiria em um país, visto que "sua dimensão prescritiva o torna inútil para a teoria social" (MONTERO, *op.cit.*), como também é inútil considerá-lo enquanto teleologia. Estado e Religião assumem relações que nem sempre se enquadram no tipo ideal moderno, e, em casos como o brasileiro, mesmo a fundação do estado moderno não se fez com total desconsideração ao estatuto da religião. A mesma autora, nesse esclarecedor artigo, demonstra que no Brasil o "pluralismo religioso" – um dos fundamentos do Estado moderno por ser considerado uma derivação da liberdade de consciência – não foi *fundamento* do Estado moderno, mas sim seu *produto*. As crenças, para serem aceitas socialmente, precisavam ser consideradas sob a caracterização legal de "religiões", e assim o pluralismo religioso foi instituído pelo Estado, que toma até hoje como modelo alguns princípios do Catolicismo tanto na consideração de certos atos civis (como o casamento) quanto na determinação do que vem a ser uma religião.

Emerson Giumbelli (2003) ilustra bem o quanto religião e estado no Brasil estão imbricados, ao trabalhar, por exemplo, com a noção legal de blasfêmia. E cita: "Mesmo que a sociedade efetivamente se apresente como secularizada e que o Estado se identifique como laico, a religião permanece sendo um foco de discursos, de elaborações, de delimitações" (p.197). Nesse sentido Bauer é bastante pragmático e direto ao afirmar, sobre o comportamento dos Estados: "Aucun (...) ne

peut être indifférent à une dimension de la vie en societé. Tenir compte de la religion n'est pas une question de principe mais de pragmatisme" (BAUER, 1999, p.113)⁷.

E de fato, perante a entrada de pentecostais na política nacional, esses argumentos devem ser considerados não enquanto um "erro de conduta" a ser consertado, mas enquanto frutos de processos históricos de formação da sociedade brasileira. Isto se torna ainda mais aceitável quando nos apercebemos da idéia de que tais políticos não infringem diretamente o Estado laico, uma vez que não modificam os princípios ideológicos que o fundamentam. André Corten, por exemplo, afirma que se o pentecostalismo é um importante instituinte da sociedade, o mesmo não é do político (CORTEN, 2001). Isto porque a presença dos mesmos nas arenas políticas não implica diferença nas práticas políticas. Eles entendem "a regra do jogo", e, respeitando os princípios do Estado laico, fazem valer suas preferências. Conforme estabelece Oro, a despeito de muitas dúvidas, temores e mesmo enaltecimentos que são feitos a respeito dos pentecostais, certos argumentos são incontestáveis no que se refere à presença dos mesmos na política. Em primeiro lugar, eles aceitam "as regras da vida democrática e do jogo político estabelecido". Em segundo lugar, comparecem na esfera política através da capacidade democrática de fazê-lo. E, finalmente, contribuem para a consolidação democrática no Brasil ao despertar – mesmo que de forma indireta – o interesse pelo voto, conformando uma importante fonte de mobilização política das classes menos favorecidas, tradicionalmente abandonadas pelo poder público (ORO, op.cit., p.65).

Partindo das idéias acima, consideramos portanto que a participação de evangélicos e pentecostais na política é *legítima* e *não infringe* diretamente o princípio de separação entre a Igreja e o Estado. Se o Estado é ética e moralmente

7

⁷ "Ninguém pode ser indiferente a uma dimensão da vida em sociedade. Levar em conta a questão da religião não é uma questão de princípio, mas de pragmatismo".

laico, isto *não significa* absolutamente que os grupos religiosos não possam participar do processo democrático e não possam ser legitimamente representados. Assim sendo, o argumento de que a participação evangélica na política não é válida, por infringir a laicidade do Estado, é falso e não expõe a questão de uma forma elucidativa. E, se assim o fosse, dever-se-ia também protestar contra a atuação de todas as outras religiões, sobretudo a Igreja Católica, que, conforme nos mostra Beozzo (*op.cit.*) tem historicamente uma presença ativa na política nacional, mesmo que por vezes exercida apenas sobre a forma de "grupo de pressão".

Um outro argumento, muito comumente aceito pelo senso comum mas também por alguns trabalhos científicos, é o de que as igrejas pentecostais implementam um espírito "anti-revolucionário" em seus fiéis. Consideramos que se trata de uma afirmação plena de incongruências quando aplicada à realidade social brasileira. Este tipo de pensamento, do qual discordamos, é bem elaborado na seguinte passagem de Mônica Sampaio Machado, em sua dissertação de mestrado em Geografia:

"O pentecostalismo, enquanto uma crença protestante, vem desempenhar, embora em condições de desenvolvimento capitalista diferente das analisadas por Weber, um papel importante, com referência à manutenção das relações capitalistas de produção, que não pode ser negligenciado. Este papel refere-se à conservação da ordem social vigente. (...) a crença pentecostal vem funcionar como um instrumento de controle social capaz de reunir, em uma mesma comunidade moral, um significativo número de fiéis portadores de linhas de conduta de caráter fundamentalmente passivo e contrarevolucionário [grifo nosso]" (MACHADO, 1992, p.41).

Antes de qualquer coisa, convém lembrar Bertrand Russell. Este menciona, em "O Poder" (1979), que após cada revolução, o sistema que se estabelece logo se torna tradicional. Dessa maneira, qualquer poder eclesiástico assim que se assume tende para o conservadorismo, mesmo que fosse revolucionário a princípio. A

revolução mexe com os credos e hábitos estabelecidos e assim põe em risco o poder das Igrejas. Sabendo disso, dizer que a igreja pentecostal tem um espírito "contra-revolucionário" configura um truísmo que não nos permite fazer maiores construções que não as de cunho meramente ideológico. Assim sendo, será contra-revolucionária qualquer Igreja de poderio bem estabelecido, respeitando-se a escala de análise.

Souza e Magalhães (2002b) também rebatem esse tipo de posição. Segundo as autoras, é subjacente a tais críticas o preconceito iluminista, que valoriza o discurso racional frente a outros – como a escolha religiosa – e um posicionamento muitas vezes de esquerda, que tende a considerar as manifestações religiosas como o "ópio do povo" (sic):

"(...) estas análises não resultam de um estudo que leve em conta a dimensão do sagrado enquanto experiência constitutiva de determinadas sociedades ou culturas. Entendem a religião como um discurso externo a seus próprios interlocutores, ou ainda, como zona periférica da existência humana" (op. cit., p.91).

Nesse sentido, convém destacar os estudos sobre religião no âmbito da geografia humanista, que tentam compreender como a religião dá sentido à razão humana, e como os espaços geográficos são atribuídos de significado pela prática religiosa (ROSENDAHL, 1996, p.25). Segundo esta mesma autora, a fé "identifica o crente num sistema religioso e o investe de poderes que só ele adquire em sua experiência religiosa" (*op. cit.,* p.50)⁸. As religiões se caracterizam, assim, como soluções para as frustrações da vida terrena (ROSENDAHL, 1999, p.50), e, uma vez

0

⁸ E, no âmbito das igrejas neopentecostais, em que Deus se torna uma espécie de *cativo* dos anseios dos fiéis, tais poderes são, de certa maneira, ampliados.

que a religião sempre fez parte da história do homem, tal aspecto não pode ser ignorado enquanto legítimo argumento explicativo para o comportamento das sociedades.

E não seria apenas a dimensão do sagrado uma das razões para o crescimento de igrejas como a IURD. Importam também escolhas racionais e, nesse sentido, mencionamos que as igrejas pentecostais criam toda uma rede de solidariedades e ajuda mútua para seus membros, permitindo aos mesmos uma capacidade de ascensão social e melhoria de vida. Zeny Rosendahl, mencionando Émile Durkheim, apresenta a eficácia das práticas do culto, uma vez que elas "estreitam os laços que unem o indivíduo e a sociedade de que é membro; quer esse culto consista em manobras materiais ou em operações mentais, ele é sempre eficaz" (ROSENDAHL, 1996). A consideração desses aspectos nos leva a concordar com Giumbelli (2004), quando este bota em questão as exigências de laicidade, que alguns cientistas sociais defendem enquanto parte de modelos ideais modernos a serem aplicados no Brasil. Giumbelli questiona se, perante o quadro de "barbárie" e dilaceramento social em um país marcado por enormes desigualdades e violência crônica, não seria o caso de se reconfigurar a discussão sobre as exigências da laicidade e a importância da religião na sociedade.

Como se sabe, grande parte das pessoas que freqüentam as igrejas pentecostais pertencem às classes mais populares dos centros urbanos, habitando áreas em que a atenção do Estado é "menor" quando não é nula (o caso da maioria das favelas brasileiras). Citando o economista Carlos Lessa, Sampaio Machado (1992) expõe uma passagem em que "o descaso do poder público e a ausência da figura do Estado têm propiciado (...) a inserção e difusão de grupos religiosos portadores do pentecostalismo. Pois estes constroem uma cadeia de solidariedade

orgânica capaz de oferecer proteção em determinados momentos (...)" (p. 74). As igrejas promoveriam, portanto, uma espécie de "solidariedade de grupo" que sem dúvida é de extrema utilidade para famílias carentes, desprovidas de apoio estatal. Nesse contexto, o termo "manipulação" torna-se por vezes uma explicação muito simplória para explicar o porquê das adesões individuais ao pentecostalismo. E nesse sentido o parágrafo de Souza e Magalhães é transparente:

"Considerá-las como fruto de mera manipulação ideológica é subtrair às camadas populares sua capacidade de discernimento, tanto quanto retirar-lhes o caráter de atores intervenientes em sua própria cultura" (2002b, p.91).

As explicações acima semeiam novas idéias, permitindo-nos criticar o fetiche revolucionário que permeia muitas explicações na sociedade. Ora, o que se quer dessas populações mais carentes, quando se fala em revolução? Se a idéia é mobilizar as massas, que se extirpe qualquer tipo de religião, como era suposto entre os movimentos radicais. No entanto, esse pensamento pode ser bastante maniqueísta no sentido de não entender bem as carências dessas camadas mais pobres da sociedade, bem como os aspectos positivos que o pertencimento a um grupo religioso pode trazer.

É necessário também mencionar alguns aspectos que não podem ser considerados conservadores na atuação pentecostal na sociedade e na política. Em entrevista concedida à revista *online* "No Mínimo", Maria das Dores Campos Machado (2006b) demonstra alguns desses aspectos, como a atenção aos movimentos de liberação da mulher e do negro, bem como a defesa de posições como a contracepção e o uso de células-tronco, assuntos-tabu para o catolicismo. Um fato interessante citado pela autora foi uma proposta de lei apresentada pelo

senador e bispo licenciado da IURD Marcelo Crivella, regulamentando o aborto para casos de anencefalia.

Por fim, acreditamos que ao contrário de dizer que o pentecostalismo e suas vitórias eleitorais na sociedade brasileira são maléficas e desmobilizantes, podemos entender seu papel através do processo democrático. Ora, se a mobilização para o voto de grande parte de seus fiéis tem demonstrado efeitos surpreendentes, isso se deve a uma falha do sistema político "convencional", por assim dizer, em atender às suas necessidades. O abandono histórico das camadas populares pela classe política brasileira tem sido percebido pelos novos políticos pentecostais. O Estado e a democracia falharam em algum momento. Se entendermos a democracia conforme o cientista político americano E. E. Schattschneider (1975), a democracia brasileira então não conseguiu *socializar os conflitos* estabelecidos pelas classes mais carentes da sociedade até então. E tal feita parece ter sido muito bem realizada pelo pentecostalismo.

Isso permite, portanto, abandonar o fetiche revolucionário, e começar a pensar na democracia, nas suas formas e em seu funcionamento. A social-democracia de Eduard Bernstein (1993) nos ensinou uma importante lição, que é a de entender a democracia enquanto o último fim. É um grande erro pensar em revolução se não se consegue compreender como a sociedade brasileira está entendendo o voto, se não se consegue atraí-la *de fato* para o processo democrático. É um delírio utópico sonhar com a revolução se a democracia brasileira ainda não consegue atender às demandas das camadas mais carentes da sociedade. Por fim, não seria muito pretensioso dizer que o pensamento social brasileiro deveria concentrar esforços e pensar maneiras de como aprimorar a

democracia para que a mesma alcance os interesses daqueles que mais precisam dela. Essa seria, na verdade, a verdadeira revolução, conforme defendia Bernstein.

2.4 Geografia Eleitoral e o voto evangélico: um estudo de caso a partir dos resultados eleitorais de candidatos vinculados à IURD

Nas últimas décadas o contexto mundial tem sido altamente debatido pelas ciências sociais, que procuram valorizar as forças globalizantes, as relações supranacionais de mercado e o suposto enfraquecimento dos Estados nacionais no direcionamento da ordem sócio-econômica mundial. No sentido contrário disto, a nova geografia política procura, de acordo com Castro (2005), relevar a política enquanto um fator explicativo dos processos sociais, independentemente da escala de análise. O espaço político muda de natureza, mas mantém sua relevância, relevância esta em que, sobretudo nos territórios nacionais, o Estado tem um papel privilegiado.

Conquanto não tenha havido, de acordo com Johnston *et. al.* (1986), uma relação estreita entre a Geografia Eleitoral e a Geografia Política, aquela surge enquanto uma subdisciplina desta, propondo-se a estudar os aspectos eleitorais e suas relações com o território.

Ainda, segundo o mesmo autor, há cinco grandes campos de estudo em geografia eleitoral, que elencamos abaixo de forma a melhor enquadrar este estudo:

1) A organização espacial das eleições, com especial atenção à definição de distritos eleitorais (*constituencies*);

- 2) Distribuição espacial dos votos, estabelecendo-se relações entre os padrões espaciais encontrados e características da sociedade, notadamente as classes sociais;
- 3) A influência de fatores espaciais e dos ambientes de convívio nas decisões de votos;
- 4) Padrões espaciais de representação política, que resultam na tradução de votos em cadeiras parlamentares;
- 5) Variações espaciais do poder e da implementação de políticas públicas, que reflitam os padrões de representação política;

A geografia eleitoral pretendida nessa dissertação enquadra-se em dois desses sub-campos. Primeiramente, busca-se a distribuição dos votos a políticos ligados à IURD, com o objetivo de encontrar padrões de distribuição espacial dos mesmos e relacioná-los com o espaço social subjacente, ressaltando sobretudo as características sócio-econômicas dos mesmos.

Em segundo lugar, procuramos também o caminho inverso: entender quais são os aspectos espaciais – ou mesmo ambientais, em sentido ampliado – que influenciam na escolha dos votos pelos eleitores "iurdianos". Com isto procuramos revelar quais são as ações espaciais iniciadas por essa instituição religiosa que induzem à conquista desses votos.

Os enquadramentos metodológicos relacionados acima definem as principais questões desse trabalho, expostas na primeira parte, que são a identificação dos redutos eleitorais da IURD, com uma adequada classificação dos mesmos, e a identificação das estratégias territoriais da Igreja, procurando entender como e a partir de que iniciativas ela define seu território de ação.

Antes de partir para a III parte dessa dissertação, que expõe com detalhamento os procedimentos metodológicos adotados no estudo e os resultados obtidos, seguimos com uma breve discussão a respeito de alguns aspectos conceptuais em geografia eleitoral, tanto no que se refere ao estudo de padrões espaciais de voto quanto no estudo das influências espaciais e ambientais na decisão do eleitorado.

2.4.1 Padrões Espaciais de Votação

Á necessidade de se estabelecer uma orientação metodológica para a interpretação dos resultados eleitorais encontrados nessa pesquisa, buscou-se uma classificação de padrões espaciais de votação.

Conforme dito anteriormente, a escassa bibliografia a respeito desse campo de estudo faz com que sejam poucas as alternativas para uma metodologia previamente definida. A despeito disso, os estudos realizados pelo cientista político e brasilianista Barry Ames (2003) apresentam uma "taxonomia de padrões espaciais" que foi de grande utilidade para as análises feitas nessa pesquisa.

De acordo com o autor, há duas grandes dimensões com que se pode classificar a dispersão espacial dos votos de um determinado candidato (ou de uma legenda). A primeira dimensão trata da dualidade *dominância/compartilhamento*, e é medida pela proporção de votos que um candidato tem dentro de cada distrito eleitoral. Nesse sentido, um candidato tem perfil *dominante* se, em determinados distritos (em nosso caso, zonas eleitorais), ele obtém a maioria dos votos. Isto significa dizer que o candidato tem territórios de atuação, difíceis para outros candidatos adentrarem e conquistarem votos.

O oposto seria um perfil *compartilhado*, em que o candidato pode se eleger, mas sem ser necessariamente dominante em nenhum distrito. Isto é muito comum quando se trabalha com distritos muito populosos, ou então quando existem muitos candidatos em disputa no mesmo distrito. O sistema eleitoral brasileiro – proporcional de lista aberta – permite que sejam muitos os candidatos a ocupar cargos no legislativo, e isto acirra a disputa e torna mais difícil a dominância, sobretudo nas grandes cidades, que atraem mais atenção e concorrência eleitoral.

A segunda dimensão da taxonomia proposta por Ames trata da dualidade concentração-dispersão, e procura identificar a distribuição espacial dos distritos eleitorais em que um determinado candidato consegue seus votos. Trata-se do estudo do território eleitoral per se. Assim, se o candidato concentra seus votos apenas em um determinado grupo de distritos contíguos, o mesmo tem um padrão de votação concentrado. Se, em contrapartida, os votos estiverem diluídos por todos (ou grande parte) dos distritos eleitorais em questão, o padrão é disperso.

Uma questão muito debatida a respeito do desempenho eleitoral dos quadros legislativos brasileiros é sobre uma suposta "vereança" que se generaliza por todas as câmaras. É freqüente que se diga que, excetuando-se a Câmara Alta, a câmara dos deputados federais e as assembléias legislativas dos estados funcionem como grandes câmaras de vereadores. Isto remete diretamente ao aspecto "territorializante" desses quadros, que, apesar de terem âmbitos e responsabilidades territoriais mais amplas, definem bases territoriais estreitas e fortes sobre as quais constroem suas bases eleitorais e, por conseqüência, para as quais dispensam a maior parte de suas ações.

É claro que muitos estudos precisam ser realizados para que se construa um preciso diagnóstico a respeito desses aspectos, e a geografia eleitoral apresenta-se

como uma consistente ferramenta de análise. Contudo, os estudos realizados nessa pesquisa demonstraram que, excetuando-se alguns poucos casos, a maioria dos quadros legislativos analisados apresentaram uma padrão *concentrado*. O que não há como averiguar, para o escopo desta pesquisa, é se isto se trata de um aspecto meramente característico dos candidatos ligados à IURD ou se trata de um comportamento padrão, da forma como se alega na ciência política brasileira.

As duas dimensões propostas Ames não são diretamente por correspondentes, e podem ser combinadas de quatro maneiras distintas. Há, padrões espaciais votação: concentrado-dominante. portanto. quatro de concentrado-compartilhado, disperso-dominante e disperso-compartilhado. O padrão concentrado-dominante seria o dos redutos eleitorais propriamente ditos, indicando territórios bem definidos em que o candidato tem a maioria dos votos. Já o padrão concentrado-compartilhado é mais comum em distritos eleitorais muito populosos, em que um candidato consegue suficiente votação para se eleger, mas sem ser maioria em nenhum deles. Este foi um padrão bastante encontrado nessa pesquisa, uma vez que, conforme mencionamos acima, é mais difícil encontrar padrões dominantes em grandes cidades, onde há grande concorrência e onde as zonas eleitorais são normalmente mais populosas. O padrão disperso-dominante seria um caso mais raro de se encontrar, em que o político consegue ter grande apoio em distritos eleitorais não contíguos. Ames menciona a construção de fortes alianças com líderes locais como um fator explicativo. E, por último, o padrão dispersocompartilhado, em que os votos de um determinado candidato encontram-se diluídos pelos distritos eleitorais, sem se concentrarem e sem o político exercer dominância em qualquer território.

De acordo com o autor, este último padrão é característico de votações que têm cunhos étnicos ou religiosos, e cita o voto evangélico como exemplo (*op.cit*, p.71). O raciocínio é que, uma vez que os evangélicos são minoria e que não há grandes restrições territoriais na distribuição dos mesmos, o voto seria igualmente diluído.

Testamos essa hipótese, e tal não se confirmou para a maior parte dos candidatos, como se pôde observar na parte dos resultados. E, frente a essa realidade, sugerimos que seja uma combinação tanto do aspecto "territorializante" do quadro legislativo brasileiro quanto das estratégias políticas de atuação da Igreja Universal, que têm forte base territorial tanto na definição de candidaturas quanto na orientação de suas atividades religiosas.

2.4.2 Influências espaciais na decisão de voto

Pretende-se, nesta sub-parte, compreender o papel do espaço e das relações sociais ocorridas no mesmo na construção das opiniões e da decisão do eleitorado.

Taylor e Johnston (1979), citando uma definição de Kevin Cox, mencionam que a organização espacial da sociedade tem duas dimensões: uma dimensão *de fato* (sic), que seria a distribuição "natural" da sociedade dada em padrões espaciais; e uma dimensão *de direito*, que seriam arranjos espaciais definidos explicitamente por motivos administrativos. Dessa forma, vizinhanças seriam um exemplo de uma organização espacial "de fato", e distritos ou zonas eleitorais seriam exemplos de uma organização "de direito". Prosseguindo com o raciocínio, os autores supracitados atentam para o fato de que os eleitores são registrados por seus lugares de moradia, que necessariamente variam conforme a condição social. Dessa

maneira tem-se nas cidades, *a priori*, uma segregação de origem sócio-econômica, mas podem existir naturezas distintas de segregação.

O ponto destacado por esses autores é que, uma vez que existe algum tipo de segregação, é muito comum que tal seja importante na formação das atitudes políticas das pessoas que residem em uma determinada vizinhança, e, portanto, na formação do voto. Os mesmos antecipam, por conseqüência, que *os padrões espaciais do voto refletem a segregação econômica subjacente*. Isto servirá de norte para as análises dos padrões de votação aqui feitos, pois, ao saber a natureza sócio-econômica das zonas eleitorais no município do Rio de Janeiro, podemos inferir qual a característica do voto destinado aos políticos ligados à IURD.

Ainda nessa mesma linha, os autores apontam para um ponto ainda mais sutil na relação vizinhança x comportamento eleitoral. A vizinhança é um espaço das relações e contatos sociais, conformando-se enquanto um ambiente dentro do qual os eleitores formam opiniões a respeito de como votar:

"(...) This pattern of social contacts may be a major element of the social environment within which voters make up their minds on how to vote, for different social milieux may involve different biases in terms of political discussion and advice" (TAYLOR e JOHNSTON, 1979, p.23)⁹.

Esse efeito é normalmente chamado de *neighbourhood effect* que, de acordo com Cox (1969), significa um processo de "conversão por conversação", resultante de fluxos de opinião a respeito de informações politicamente relevantes que percorrem as redes sociais locais. Trata-se, conforme nos apresenta CASTRO (2005), do "efeito de vizinhança", que varia espacialmente, uma vez que, segundo a

_

⁹ Esse padrão de contatos sociais pode ser um elemento importante do ambiente social dentro do qual eleitores formam suas idéias sobre como votar, uma vez que diferentes meios sociais podem envolver diferentes induções a respeito da discussão política".

mesma autora, a sociedade compreende diversos interesses políticos, que são territorializados também de maneira diversa.

Extrapolando o "efeito de vizinhança" e partindo para uma escala mais ampla de análise, Taylor e Johnston realçam o poder da socialização nas escolhas individuais. A não ser que em um estado de total isolamento, todo indivíduo faz parte de estruturas sociais que constrangem seu comportamento. Ainda, a pertinência a uma determinada estrutura ou grupo social – que pode ser o trabalho, a vizinhança, uma religião/templo, um clube – molda o comportamento do indivíduo, ao passo que este almeja aprovação do grupo em questão. O "efeito estrutural", do qual o "efeito de vizinhança" seria um subproduto, implica portanto lealdade do indivíduo ao modo de conduta de um determinado grupo, em prol do qual ele restringe algumas opiniões individuais que possam ser contraditórias:

"Individuals act out their various roles in society as members of a number of groups and communities. (...) Complete conformity is very unlikely, however. Among the majority who share the same orientations, views are likely to be reinforced by conversation (...). Those in the minority may find the group climate of opinion strongly against them. Then they have a number of options (...): (1) exit (...); (2) voice (...); and (3) loyalty, which (...) occurs when he accepts and adopts the group view. The latter is the structural effect" $(op.\ cit.,\ p.227)^{10}$

Os grupos constituem-se enquanto meios sociais, provocando efeitos estruturais que influenciam no comportamento individual e, dessa maneira, no voto. Os autores sugerem seis possíveis contextos sociais que têm dimensão espacial e que provocam efeitos estruturais:

[.]

¹⁰ Indivíduos exercem seus papéis na sociedade como membros de grupos e comunidades. (...) Completo assentimento é muito improvável, no entanto. Entre a maioria que compartilha das mesmas orientações, as visões tendem a se reforçar por meio de conversações (...). Aqueles que são a minoria podem achar a atmosfera de opiniões fortemente contra eles. E então eles têm as seguintes opções (...): (1) sair do grupo (...); (2) tentar ser ouvidos (...); e (3) lealdade, que (...) ocorre quando eles aceitam a visão do grupo. Essa última é o efeito estrutural".

- a casa, em que ocorre interação familiar;
- a *vizinhança*, sobretudo para aqueles membros da família que não trabalham (crianças, donas de casa, aposentados);
 - a escola;
 - locais de lazer (como pubs e clubes);
 - organizações formais (sindicatos, por exemplo).

Apesar de os autores não mencionarem, consideramos que os templos e as igrejas – bem como qualquer local de pregação –, por serem ambientes de socialização, podem caracterizar uma opinião política definida e direcionar o voto de seus integrantes.

Tal aspecto pode não ser muito comum em algumas sociedades em que a separação moderna entre Igreja e Estado se deu com maior efeito. De qualquer maneira, crenças normalmente congregam pessoas com as mesmas opiniões a respeito de certos aspectos da sociedade. Em países como o Brasil, onde há uma nova doutrina religiosa que busca cada vez mais espaço social e político, os templos são um instrumento territorial de importância inequívoca para o logro de resultados eleitorais.

É sabido que ocorre, entre as Igrejas pentecostais, uma "pregação" de cunho político, convencendo os fiéis a votarem nos candidatos indicados pelo pastor para aquela localidade, conforme mencionado mais acima. Isto tem provocado reações por parte dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, que têm adotado, sobretudo para as eleições de 2008, medidas coercitivas a esse respeito. Mas, de qualquer maneira, se os pastores são proibidos de fazerem propaganda política nos cultos, os fiéis são livres para fazê-lo. No caso da IURD, é muito comum

ver militantes distribuindo panfletos e bradando bandeiras de candidatos em frente a seus templos, o que não pode ser proibido.

Adicionalmente, Johnston e Pattie (2003) acenam para o aspecto que um partido (ou grupo político) com forte apoio em uma área costuma ter um resultado eleitoral ainda maior, fruto do efeito de vizinhança. Analogamente, em localidades com pouco apoio, os resultados eleitorais são menores do que o esperado, por conta do aliciamento por parte de outros grupos majoritários. Dessa maneira é esperado, em áreas onde a IURD tenha grande presença, um apoio eleitoral no mínimo semelhantemente forte. E, onde ela pouco se faça presente, resultados não significativos.

Isso posto, e com o objetivo de responder às questões propostas nesse trabalho, considera-se os templos enquanto uma territorialidade da Igreja Universal. Eles são marcos territoriais com importante função estratégica, tanto na conquista de fiéis como na conquista de votos. Resta saber, o que se verá na parte seguinte, como eles se dispõem, em um primeiro momento, considerando-se a realidade sócio-espacial do município do Rio de Janeiro; e, em um segundo momento, ao ser analisada a configuração espacial dos votos à IURD nas últimas eleições, qual o sentido da localização dos templos para resultados encontrados.

3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ANÁLISES ESPACIAIS

3.1 Procedimentos Operacionais

Antes de partir para as análises espaciais, consideramos pertinente a relação de dois importantes procedimentos operacionais realizados nesta dissertação, que foram imprescindíveis para a realização dos estudos feitos. Tais são, sempre no âmbito municipal, o mapeamento dos templos da IURD e a construção de uma base cartográfica representando as zonas eleitorais. Cada um desses procedimentos serve como subsídio para responder às duas questões principais estabelecidas na pesquisa, a respeito de como é construído o território de atuação da IURD e quais são seus redutos eleitorais.

3.1.1 Mapeamento dos templos da IURD

O mapeamento dos templos da IURD foi feito através da relação de endereços fornecidos em um dos portais eletrônicos ligados à Igreja, a "Arca Universal".

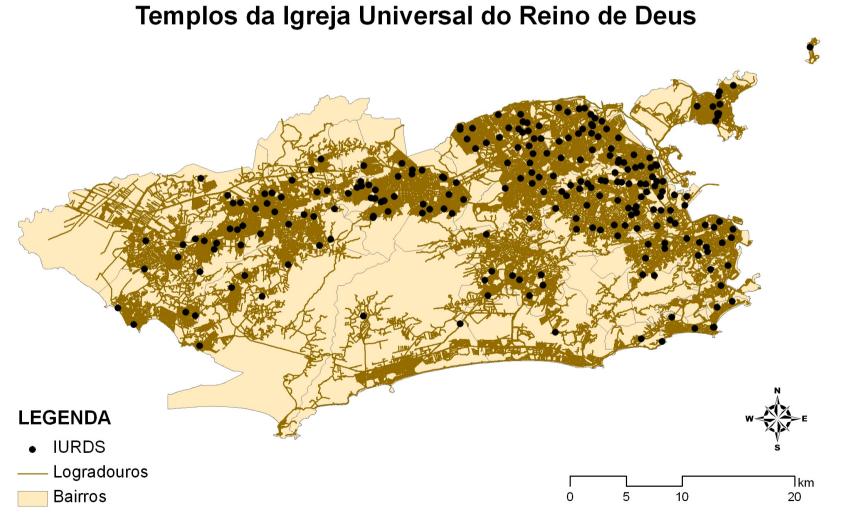
A localização dos templos foi possível a partir da utilização de duas informações geográficas fornecidas pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP): um mapa vetorial, representando todos os logradouros públicos na cidade, e um mapa de pontos, representando todos os números de porta registrados. A partir dessas informações, o mapeamento dos templos foi feito de um a um, de forma a permitir a localização precisa de cada um deles. Como se tinha a relação de endereços, para cada templo foi primeiramente localizado o logradouro, sendo posteriormente localizado o número de porta correspondente (ou, quando a informação não existia, selecionou-se o número de porta mais próximo).

Em alguns casos não foi possível ser localizado o logradouro ou o número de porta nas bases fornecidas, sobretudo quando o templo em questão se encontrava em favelas ou ocupações irregulares. Esses casos foram solucionados através da informação fornecida pelo portal "Arca Universal", que, além de fornecer os endereços dos templos, também tem um serviço de mapas que localiza os templos. Dessa forma, foram criados pontos em nossa base, procurando localizá-los o mais próximo possível da localidade indicada no website.

Apresentamos, na página seguinte, o mapa com os 239 templos da IURD, sobrepostos aos bairros e aos logradouros do município do Rio de Janeiro. Em anexo encontra-se a relação dos endereços dos mesmos.

Cartograma 1:

Município do Rio de Janeiro



3.1.2 Construção da base cartográfica das zonas eleitorais no município do Rio de

Janeiro

Outro procedimento para a execução dessa pesquisa foi a construção de uma

base cartográfica das zonas eleitorais (Z.E.s) existentes no município do Rio de

Janeiro. Trata-se de uma informação não publicada, considerada sigilosa pelo

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, e que teve de ser

reconstruída nessa pesquisa.

As informações de localização das zonas, cedidas pelo IBGE, são vagas e

relacionam apenas suas abrangências, mencionando que bairros ou parte de bairros

a compõem. A partir disso as zonas tiveram que ser redesenhadas, no software

ESRI ArcGIS 9.1, partindo-se da base cartográfica dos bairros do município.

Segue uma demonstração do que foi feito, utilizando-se como exemplo o

bairro de Botafogo. Trata-se de um bairro cortado por duas zonas eleitorais,

conforme demonstrado abaixo:

Zona 004 – Abrangência: Botafogo (parte) e Humaitá.

Zona 166 – Abrangência: Botafogo (parte) e Urca.

Os bairros de Humaitá e Urca não são partilhados por outras zonas, o que

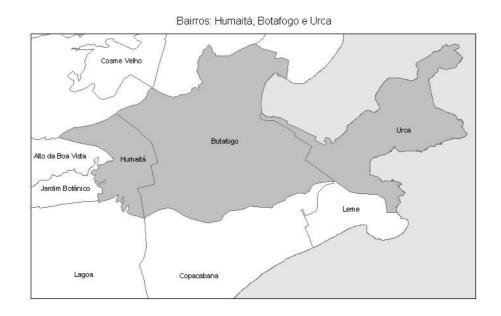
simplifica o exemplo. Dessa maneira, conforme se observa na figura abaixo,

arbitrou-se por repartir o bairro de Botafogo em duas partes iguais, uma vez que se

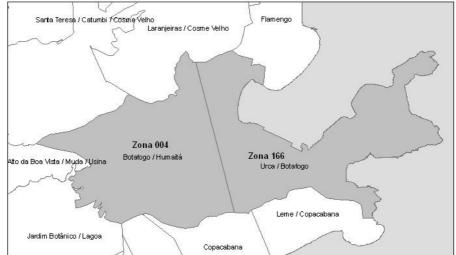
desconhece onde se encerra cada Z.E.

49

Cartograma 2: Demonstração da construção da base cartográfica das zonas eleitorais no município do Rio de Janeiro



Zonas Eleitorais: 004 (Botafogo / Humaitá) e 166 (Botafogo / Urca)



É necessário que se destaque, todavia, que tal produto se trata de uma aproximação, uma vez que não se tem a localização precisa dos limites de cada zona. Isto não compromete o resultado das análises, uma vez que o que se busca é uma distribuição espacial dos votos em escala municipal: não se pretende, com a geografia eleitoral aqui proposta, a realização de análises em micro-escala.

Apresenta-se o mapa das zonas eleitorais, seguido de uma tabela com as abrangências, por bairros, de cada Z.E.

Cartograma 3:

Município do Rio de Janeiro

Zonas Eleitorais

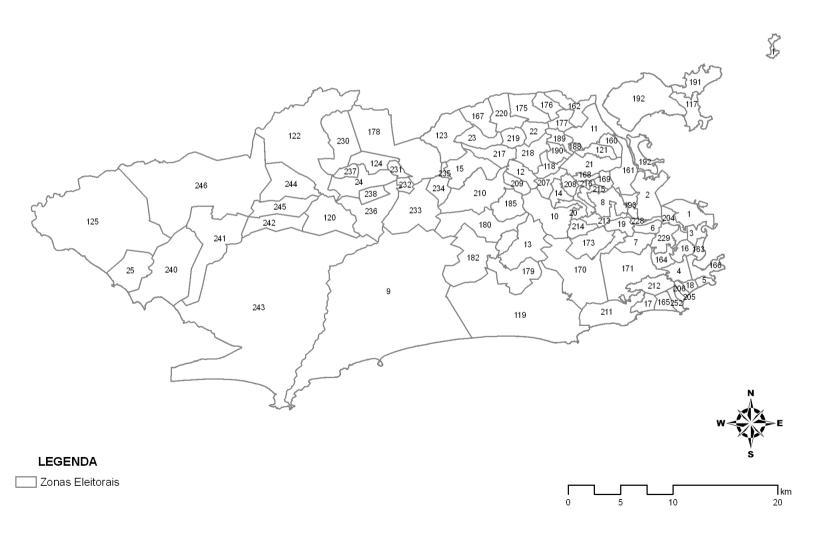


Tabela 1 – Abrangências, por bairros, das Zonas Eleitorais do município do Rio de Janeiro

/ F &	Abrangência					
Z.E.s	Gamboa, Saúde, Centro, Santo Cristo, Ilha Fiscal, Ilha das Cobras,					
1	Ilha de Villegaignon e Ilha de Paquetá;					
	São Cristóvão, Caju, Ilha de Santa Bárbara, Ilha Pompeba e Ilha					
2	·					
	das Enxadas;					
<u>3</u>	Glória, Lapa (parte) e Catete;					
	Botafogo (parte) e Humaitá;					
5	Copacabana (parte) e Leme;					
6	Afonso Pena (parte), Praça da Bandeira (parte) e Maracanã (parte);					
7	Muda (parte), São Francisco Xavier (parte) e Tijuca (parte);					
8	Engenho Novo (parte), Sampaio (parte), Rocha (parte), São					
	Francisco Xavier (parte), Jacaré (parte) e Cachambi;					
9	Barra da Tijuca (parte), Camorim, Grumari, Recreio dos					
	Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena;					
10	Água Santa (parte), Todos os Santos (parte), Engenho de Dentro					
10	(parte), Encantado (parte), Quintino (parte), Piedade (parte) e					
	Cascadura (parte);					
11	Penha (parte), Penha Circular (parte) e Brás de Pina (parte);					
40	Cascadura (parte), Madureira (parte), Osvaldo Cruz (parte), Magno					
12	(parte), Turiaçu (parte), Engenheiro Leal (parte) e Morro do Alemão					
	(parte);					
13	Freguesia;					
14	Piedade (parte), Encantado (parte), Abolição (parte) e Engenho de					
	Dentro (parte);					
15	Bento Ribeiro (parte), Marechal Hermes (parte), Vila Militar (parte) e					
- 10	Deodoro (parte);					
16	Cosme Velho (parte) e Laranjeiras (parte);					
17	Leblon e Lagoa (parte);					
18	Copacavana (parte);					
19	Vila Isabel;					
20	Engenho de Dentro (parte), Encantado (parte), Méier (parte) e					
	Todos os Santos (parte);					
21	Bonsucesso (parte), Ramos (parte), Engenho da Rainha, Inhaúma					
	(parte) e Morro do Alemão (parte);					
22	Vista Alegre, Irajá (parte) e Colégio (parte);					
23	Deodoro (parte), Ricardo de Albuquerque (parte), Guadalupe (parte)					
-	e Barros Filho (parte);					
24	Senador Camará (parte), Bangu e Santíssimo (parte);					
25	Sepetiba (parte), Matadouro, Largo do Bodegão, Campo do Itongo					
	(parte) e Santa Cruz (parte);					
117	Ilha do Governador (Jd. Carioca, Marabu, Cacuia, Cocotá, Praia da					
	Bandeira, Pitangueiras, Zumbi e Ribeira);					
118	Magno (parte), Engenheiro Leal (parte), Cavalcante (parte), Vicente					
	de Carvalho (parte) e Tomás Coelho (parte);					
119	Barra da Tijuca (parte), Joá e Itanhangá;					

120	Augusto Vasconcelos (parte) e Campo Grande (parte);				
121	Ramos (parte) e Olaria (parte);				
122	Augusto Vasconcelos (parte), Mendanha, Santíssimo (parte) e Campo Grande (parte);				
123	Mariópolis (parte), Vila Militar (parte), Parque Anchieta, Anchieta (parte) e Ricardo de Albuquerque (parte);				
124	Bangu (parte);				
125	Santa Cruz (parte);				
160	Ramos (parte) e Olaria (parte);				
161	Bonsucesso (parte), Manguinhos (parte) e Vila do João (parte);				
162	Parada de Lucas (parte), Cidade Alta (parte), Cordovil (parte), Brás de Pina (parte) e Vigário Geral (parte)				
163	Flamengo;				
164	Santa Tereza (parte), Bairro de Fátima (parte), Catumbi (parte) e Cosme Velho (parte);				
165	Ipanema e Lagoa (parte);				
166	Botafogo (parte) e Urca;				
167	Pavuna (parte), Anchieta (parte), Costa Barros (parte), Barros Filho (parte) e Guadalupe (parte);				
168	Inhúma (parte) e Terra Nova;				
169	Higienópolis, Del Castilho (parte) e Maria da Graça (parte);				
170	Andaraí, Aldeia Campista, Alto da Boa Vista (parte) e Tijuca (parte);				
171	Muda (parte), Usina e Alto da Boa Vista (parte);				
173	Grajaú;				
176	Vigário Geral (parte), Parada de Lucas (parte) e Jardim América;				
177	Parada de Lucas (parte), Cordovil (parte), Brás de Pina (parte) e Vista Alegre (parte);				
178	Magalhães Bastos (parte), Realengo (parte), Bangu (parte) e Padre Miguel (parte);				
179	Cidade de Deus, Pechincha, Anil, Gardênia Azul e Jardim Clarisse;				
180	Tanque e Taquara (parte);				
182	Taquara (parte) e Curicica;				
185	Praça Seca e Campinho (parte);				
188	Penha (parte) e Grotão;				
189	Brás de Pina (parte), Vila da Penha (parte) e Penha Circular (parte);				
190	Vicente de Carvalho (parte), Vila Cosmos e Vila da Penha (parte);				
191	Ilha do Governador (Tubiacanga, Monero, Dendê, Tauá, Bancários, Freguesia e Bananal);				
192	Ilha do Governador (Jardim Guanabara, Ilha do Fundão, Portuguesa e Galeão);				
193	Benfica e Mangueira;				
204	Santo Cristo, Cidade Nova, Fátima (parte) e Lapa (parte);				
205	Copacabana (parte);				
206	Copacabana (parte) e Bairro Peixoto;				
207	Cascadura (parte), Cavalcante (parte), Engenheiro Leal (parte), Tomás Cowlho (parte) e Quintino (parte);				
208	Pilares (parte), Abolição (parte) e Engenho de Dentro (parte);				
209	Cascadura (parte), Campinho (parte), Osvaldo Cruz (parte) e Madureira (parte);				
	" •				

210	Vila Valqueire, Campo dos Afonsos, Sulacap, Bento Ribeiro (parte) e Osvaldo Cruz (parte);				
211	São Conrado, Vidigal, Rocinha e Gávea;				
212	Horto, Jardim Botânico e Lagoa (parte);				
040	Engenho Novo (parte), Riachuelo, Lins de Vasconcelos (parte) e				
213	São Francisco Xavier (parte);				
214	Lins de Vasconcelos (parte) e Engenho Novo (parte);				
Méier (parte), Maria da Graça (parte), Del Castilho (parte					
	os Santos (parte);				
216	Méier (parte), Todos os Santos (parte), Inhaúma (parte), Del				
	Castilho (parte) e Engenho de Dentro (parte);				
217	Bento Ribeiro (parte), Marechal Hermes (parte), Honório Gurgel				
	(parte), Deodoro (parte) e Rocha Miranda (parte);				
218	Madureira (parte), Turiaçu (parte), Magno (parte), Vaz Lbo (parte),				
	Rocha Miranda (parte) e Irajá (parte);				
219	Rocha Miranda (parte), Honório Gurgel (parte), Colégio (parte) e				
	Coelho Neto (parte);				
220	Barros Filho (parte), Costa Barros (parte), Pavuna (parte), Acari				
	(parte) e Coelho Neto (parte);				
228	Praça da Bandeira (parte) e Maracanã (parte);				
229	Rio Comprido (parte), Estácio (parte), Catumbi (parte), Morro do				
000	Turano (parte) e Morro do Mirante;				
230	Vila Kennedy, Bangu (parte) e Santíssimo (parte);				
231	Morro São Bento, Conjunto Res. Cardeal D. Jayme Câmara e				
222	Padre Miguel (parte);				
232	Padre Miguel (parte);				
233 234	Barata, Padre Miguel (parte) e Realengo (parte);				
235	Realengo (parte), Jardim Novo e Magalhães Bastos (parte); Magalhães Bastos (parte);				
236	Senador Camará (parte) e Bangu (parte);				
237					
238	Jabour (parte) e Santíssimo (parte); Senador Camará (parte), Jd. Alecrim e Morro do Sanda;				
	Santa Cruz (parte), Conjunto Antares, Conj. Octacílio Câmara, Jd.				
240	Sete de Abril (parte), Jardim Piaí, Jd. Cinco Marias (parte) e				
240	Sepetiba (parte);				
	Inhoaíba (parte), Cosmos (parte), Paciência (parte), Vila Santa				
241	Luzia, Vila Guaratiba e Jd. Cinco Marias (parte);				
242	Campo Grande (parte) e Inhoaíba (parte);				
	Campo Grande (parte), Vila Comari, Monteiro, Magarça, Guaratiba,				
243	Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba;				
244	Campo Grande (parte) e Augusto Vasconcelos (parte);				
	Campo Grande (parte), Inhoaíba (parte) e Auguusto Vasconcelos				
245	(parte);				
040	Santa Cruz (parte), Inhoaíba (parte), Cosmos (parte), Paciência				
246	(parte) e Campo Grande (parte);				
252	Copacabana (parte), Ipanema (parte) e Lagoa (parte);				

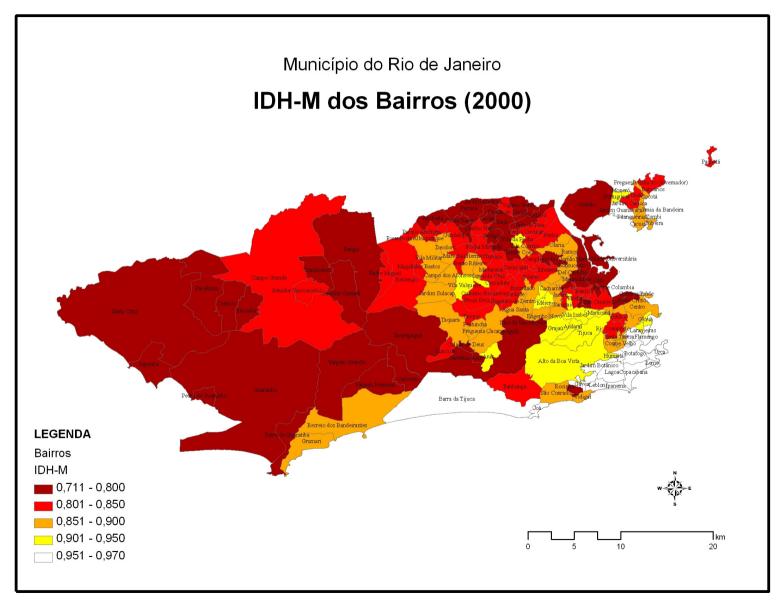
3.2 O Território da IURD no Município do Rio de Janeiro

Esta parte pretende responder à primeira questão proposta nessa pesquisa, que é entender como se configura o território da Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro.

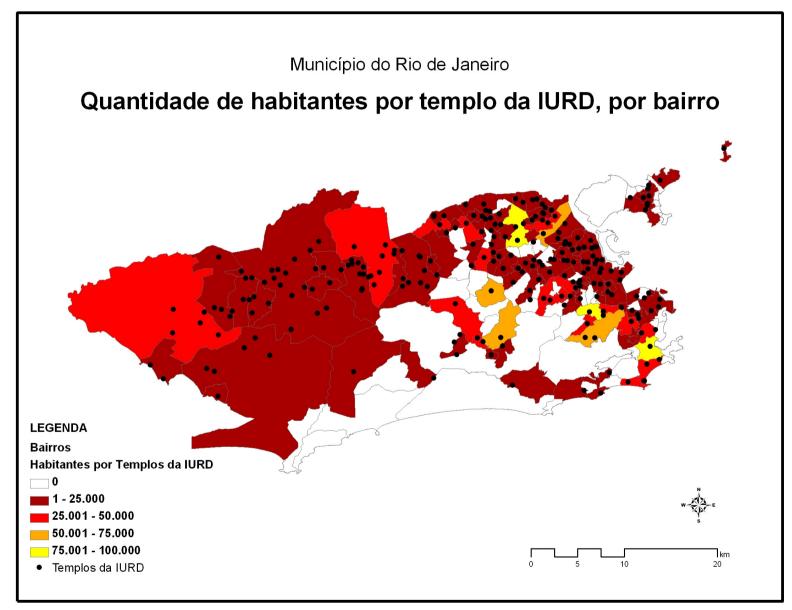
Uma vez que consideramos a implantação de templos enquanto principal territorialidade dessa denominação, pretende-se aqui correlacionar a localização dos mesmos com as condições sociais dos bairros da cidade, de modo a confrontar a hipótese de que os templos pentecostais – e, logicamente, os da IURD – se concentram nas áreas menos desenvolvidas socialmente.

Para a realização disso apresenta-se um mapeamento dos bairros de acordo com seus índices de desenvolvimento humano (IDH), calculados pelo Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD) a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000. Logo em seguida confrontamos esse mapeamento com um cartograma representando a relação habitantes-templo em cada bairro do município, de forma a saber quais são os bairros que têm, relativamente, mais templos da IURD. Dessa maneira, os bairros que têm um menor número de habitantes por templo são os bairros onde a IURD se faz mais presente.

Cartograma 4: Fonte: PNUD (ONU), 2000.



Cartograma 5:



Uma simples análise dos dois cartogramas evidencia que existe um rebatimento muito grande entre os bairros com menor IDH e aqueles onde existem a maior quantidade de templos da IURD. Nesse contexto destaca-se quase toda Zona Oeste e grande parte da Zona Norte, que apresentaram grande quantidade de templos e baixos indicadores sociais. A recíproca é verdadeira: áreas com melhores indicadores sociais, como a Zona Sul, Barra da Tijuca e adjacências, com poucas exceções, apresentaram pouca presença de templos da IURD.

Senão, vejamos: apresentamos abaixo duas listas, representando os vinte bairros com IDH mais alto e, da mesma forma, os 20 bairros com maior proporção de habitantes por templo (i.e., com menor quantidade relativa de templos):

Tabela 2 – Quadro comparativo: os 20 bairros com maior IDH, relacionados com os 20 bairros com menor quantidade relativa de templos da IURD

Posição	Bairro	IDH- M	Posição	Bairro	Hab/Templo
1	Gávea	0,970	1	Leblon	N/A
2	Leblon	0,967	2	Lagoa	N/A
3	Jardim Guanabara	0,963	3	Flamengo	N/A
4	Ipanema	0,962	4	Humaitá	N/A
5	Lagoa	0,959	5	Barra da Tijuca	N/A
6	Flamengo	0,959	6	Joá	N/A
7	Humaitá	0,959	7	Jardim Botânico	N/A
8	Barra da Tijuca	0,959	8	Leme	N/A
9	Joá	0,959	9	Urca	N/A
10	Laranjeiras	0,957	10	Glória	N/A
11	Jardim Botânico	0,957	11	Grajaú	N/A
12	Copacabana	0,956	12	Alto da Boa Vista	N/A
13	Leme	0,955	13	Catete	N/A
14	Urca	0,952	14	Vila Valqueire	N/A
15	Botafogo	0,952	15	Grumari	N/A
16	Maracanã	0,944	16	Recreio dos Bandeirantes	N/A
17	Glória	0,940	17	Cidade Nova	N/A
18	Grajaú	0,938	18	Portuguesa	N/A
19	Méier	0,931	19	Bancários	N/A

20	Alto da Boa	0,926	20	Cidade Universitária	N/A
	Vista	0,926	_•		,

Nesse universo, 12 dos 20 bairros com maior IDH não apresentam templos da Igreja Universal.

Analogamente, se considerarmos a lista de bairros com IDH menor do que 0,800, notamos que 29 de 42 bairros se encontram na faixa de 0 a 25.000 habitantes por templo, uma quantidade relativa de templos muito grande.

Tabela 3 - Quadro comparativo: os 20 bairros com maior IDH, relacionados com os 20 bairros com menor quantidade relativa de templos da IURD

Posição	Bairro	IDH-M	Habitantes por Templo
1	Complexo do Alemão	0,711	21675,33
2	Costa Barros	0,711	12961,00
3	Parque Colúmbia	0,713	N/A
4	Acari	0,720	24650,00
5	Maré	0,722	12645,22
6	Manguinhos	0,726	15529,50
7	Parque Columbia	0,726	15529,50
8	Jacarezinho	0,731	12153,00
9	Rocinha	0,732	N/A
10	Santa Cruz	0,742	38367,20
11	Barra de Guaratiba	0,744	N/A
12	Pedra de Guaratiba	0,744	9693,00
13	Guaratiba	0,744	17426,40
14	Parada de Lucas	0,745	11634,50
15	Vargem Pequena	0,746	N/A
16	Camorim	0,746	786,00
17	Vargem Grande	0,746	9306,00
18	Inhoaíba	0,747	19845,33
19	Barros Filho	0,750	7611,50
20	Cidade de Deus	0,751	38016,00
21	Paciência	0,751	20890,25
22	Caju	0,753	5893,00
23	Cosmos	0,759	13192,20
24	Sepetiba	0,761	17946,00
25	Colégio	0,762	14555,50
26	Vigário Geral	0,763	19781,50
27	Gardênia Azul	0,768	19268,00
28	Senador Camará	0,768	12359,00
29	Jacarepaguá	0,769	N/A
30	Vicente de Carvalho	0,773	N/A

31	Cidade Universitária	0,778	N/A
32	Galeão	0,778	N/A
33	Santíssimo	0,780	17043,00
34	Anchieta	0,788	17936,00
35	Pavuna	0,790	22506,75
36	Cordovil	0,791	7755,50
37	Gamboa	0,792	N/A
38	Saúde	0,792	2186,00
39	Santo Cristo	0,792	9618,00
40	Bangu	0,794	34931,14
41	Vista Alegre	0,798	8347,00
42	Irajá	0,798	99236,00

Devemos considerar, logicamente, que os bairros não são unidades espaciais estanques, sendo muito comum a localização de templos próximos a limites entre bairros. Nesses casos, os templos podem até atender mais a outros bairros do que aqueles onde se localizam: tal é o caso de um templo da IURD que, apesar de localizado no bairro de São Conrado, atende ao bairro da Rocinha. Mas, uma vez que não se pretende aqui realizar análises em escala local, os resultados permitem uma análise agregada dos bairros muito satisfatória, confirmando portanto a hipótese de que existe, por trás da localização dos templos daquela denominação, uma estratégia que privilegia as áreas menos abastadas da cidade.

Resta saber, partindo-se disto, se há uma correspondência entre a localização dos templos e a localização dos votos, de forma a podermos debater a hipótese de que tal estratégia territorial também implica uma estratégia eleitoral. Os resultados obtidos até aqui subsidiam, portanto, a parte seguinte dessa dissertação, que trata da geografia eleitoral dos votos "iurdianos".

3.3 Geografia Eleitoral dos candidatos ligados à IURD: 2000 a 2006

Considerados os fundamentos teóricos e os estudos a respeito da territorialidade da Igreja Universal expostos anteriormente, culminamos com a análise espacial de seus votos, no intuito de responder à segunda questão estabelecida nesta dissertação: quais são os redutos eleitorais da IURD no município do Rio de Janeiro?

Conforme exposto na operacionalização do trabalho, foram consideradas as quatro últimas eleições, sendo duas de âmbito municipal (2000 e 2004) e duas de âmbito estadual e federal (2002 e 2006). Os políticos que tiveram seus votos mapeados foram apenas os eleitos, listados abaixo a partir de relação publicada por Machado (2006a), em importante obra a respeito da relação entre evangélicos e política. Levamos em consideração também as duas candidaturas mal-sucedidas de um dos mais expoentes líderes dessa denominação religiosa, Marcelo Crivella, por considerarmos que o mesmo se trata de uma figura muito representativa do corpo político da Universal.

Eleições municipais de 2000 (legislatura de 2001 a 2004):

Vereadores:

Aloísio Freitas (PTB)

Jorge Brás (PPB)

Liliam Sá de Paula (PL)

Monteiro de Castro (PPB)

Paulo Mello (PMDB)

Verônica Costa (PL)

Eleições estaduais e federais de 2002 – Legislatura de 2003 a 2006

Deputados Estaduais: Pastor Armando José T. Ferreira (PSB) Bispo Geraldo Caetano (PL) Pastor Antônio Valdeci Paiva de Jesus (PSL) Bispo Jodenir Soares Santos (PTdoB) Pastora Edna Maria de Oliveira (PMDB) Pastor Ely Patrício (PFL) Bispo Iliobaldo Vivas da Silva (PDT) Deputados Federais: Aldir Cabral (PTB) Bispo Carlos Alberto Rodrigues Pinto (PL) Bispo Jaildo Vieira Reis (PMDB) Pastor José Divino Oliveira de Souza (PMDB) Bispo João Mendes de Jesus (PDT) Senador. Marcelo Crivella (PL) Eleições municipais de 2004 – Legislatura de 2005 a 2008 Vereadores: Aloísio Freitas (PFL) Liliam Sá de Paula (PL) Verônica Costa (PMDB) Prefeito:

Marcelo Crivella (PL) – não eleito

Eleições estaduais de 2006 – Legislatura de 2005 a 2008

Deputados Estaduais:

Armando José (PSB)

Beatriz Santos (PRB)

Jodenir Soares (PT do B)

Deputados Federais:

Léo Vivas (PRB)

Vinicius Carvalho (PT do B)

Governador:

Marcelo Crivella (PRB) – não eleito

Além da simples localização dos votos, analisando as concentrações dos mesmos, procuramos enquadrar os padrões encontrados de acordo com as classificações estabelecidas por Ames (2003). Adiantamos, todavia, que devido ao fato de ser grande a concorrência eleitoral em espaços metropolitanos — conforme explicitado por este mesmo autor —, não foi encontrada dominância de nenhum candidato às cadeiras legislativas — com exceção de Marcelo Crivella, nas eleições para o Senado em 2002 —, uma vez que nenhum conseguiu obter a maioria dos votos em nas zonas eleitorais onde obtiveram mais êxito. A análise limitou-se a verificar apenas a concentração/dispersão dos votos, dado o compartilhamento de poder eleitoral dentro das zonas eleitorais.

Esta análise também pretende verificar a premissa de que os políticos ligados à IURD são previamente definidos pela cúpula da Igreja, que escolhe inclusive as áreas de atuação daqueles.

64

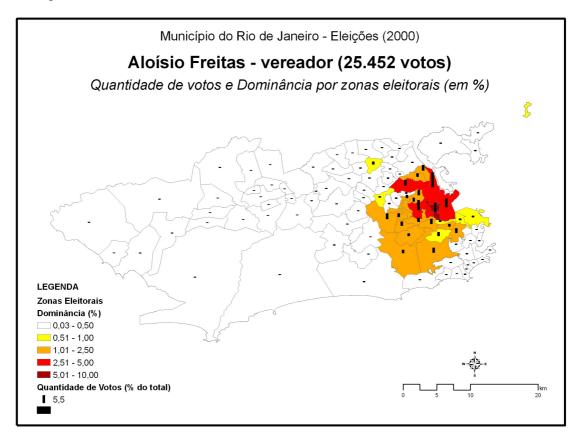
É importante ressaltar que cada cartograma eleitoral representa duas dimensões das votações em questão: a dominância por zona eleitoral, representada em coropletas, e a quantidade de votos relativa ao total de votos do candidato, representada por barras pretas verticais, com valores percentuais. A primeira representação busca analisar a importância territorial dos candidatos em cada zona eleitoral, e a segunda procura relacionar a quantidade de votos recebida em cada zona eleitoral com o total de votos obtidos pelo candidato no município. Como a quantidade de eleitores em cada zona eleitoral não varia muito, as duas informações normalmente são congruentes, havendo apenas raras dessemelhanças de ordem local.

3.3.1 Eleições de 2000

Para as eleições de 2000 a Igreja Universal obteve considerável êxito, conseguindo eleger seis vereadores para a Câmara Municipal: Verônica Costa (36.061 votos), Jorge Braz (29.275 votos), Liliam Sá (26.111 votos), Aloísio Freitas (25.452 votos), Paulo Mello (21.273 votos) e Monteiro de Castro (20.983).

Com exceção de Verônica Costa, todos os vereadores obtiveram um padrão de votação territorialmente concentrado, como é de se esperar para o legislativo municipal. O padrão disperso encontrado na eleição de Verônica Costa explica-se pela característica desta candidata, que teve no movimento funk seu principal motivo eleitoral. Isso explica a dispersão de seus votos por quase toda a zona norte e oeste, com exceção da zona sul. Os padrões podem ser analisados nos cartogramas abaixo.

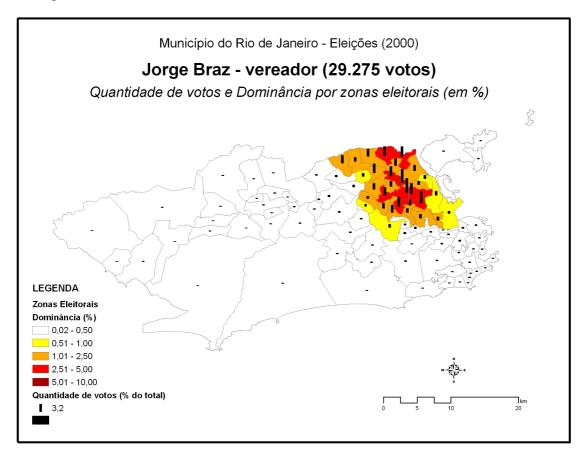
Cartograma 6¹¹:



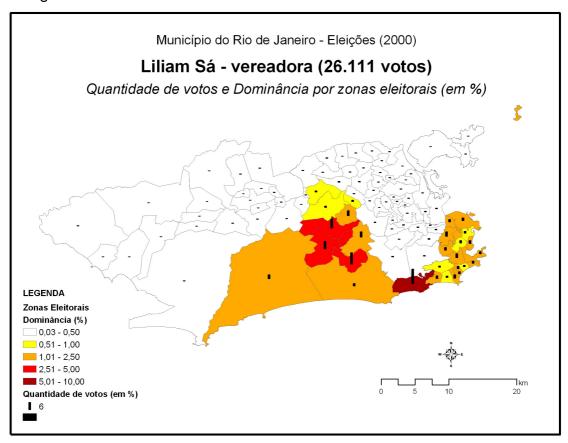
-

¹¹ A quantidade de votos por zona eleitoral, medida em barras verticais negras, significa a quantidade de votos em cada zona eleitoral com relação ao total de votos do candidato no município. Já a dominância significa a quantidade de votos do candidato com relação à quantidade de eleitores em cada zona eleitoral.

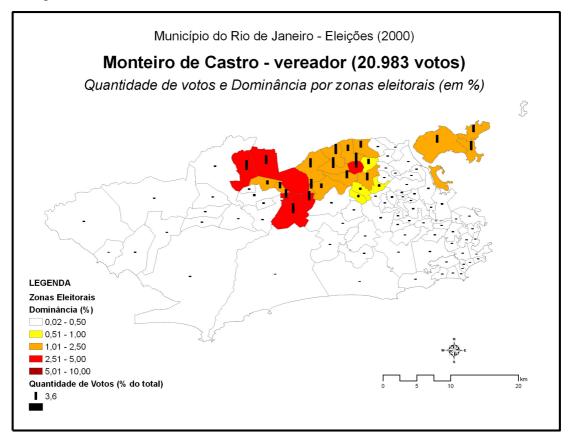
Cartograma 7:



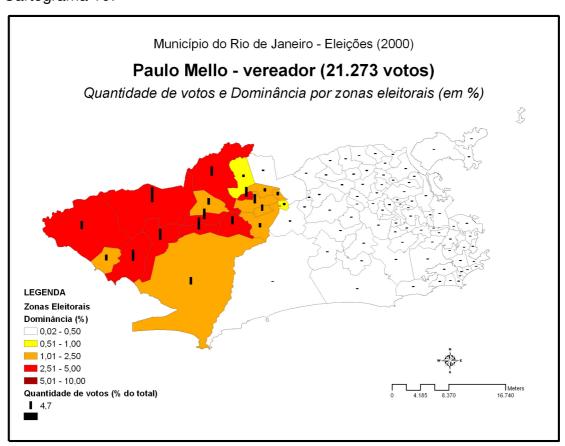
Cartograma 8:



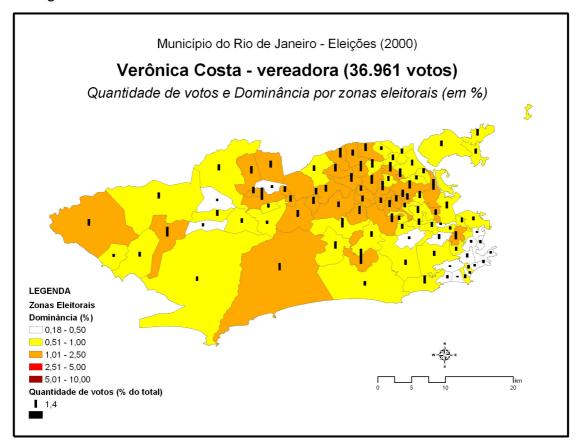
Cartograma 9:



Cartograma 10:



Cartograma 11:



A análise desses seis cartogramas nos mostra alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, é notável a repartição do território municipal entre os 5 candidatos, com exceção de Verônica Costa. Aloísio Freitas e Jorge Braz dividem a Zona Norte praticamente em duas partes, o primeiro concentrando-se mais ao sul – com foco na Z.E. 193 (Mangueira e Benfica), estendendo-se do Alto da Boa Vista até Ramos – e o segundo, mais ao norte, com significativa dominância nas Z.E.s 188 (Grotão e Penha) e 168 (Inhaúma e Terra Nova), estendendo-se até a Pavuna.

Liliam Sá é a única que consegue boa representatividade na Zona Sul, sobretudo na Z.E. 211, que, apesar de englobar Gávea e São Conrado, compreende as favelas da Rocinha e do Vidigal. A vereadora também tem boa presença na Zona Oeste, sobretudo nas Z.E.s 179 (Cidade de Deus, Pechincha, Gardênia Azul e Anil), 180 e 182 (Curicica, Tanque e Taquara).

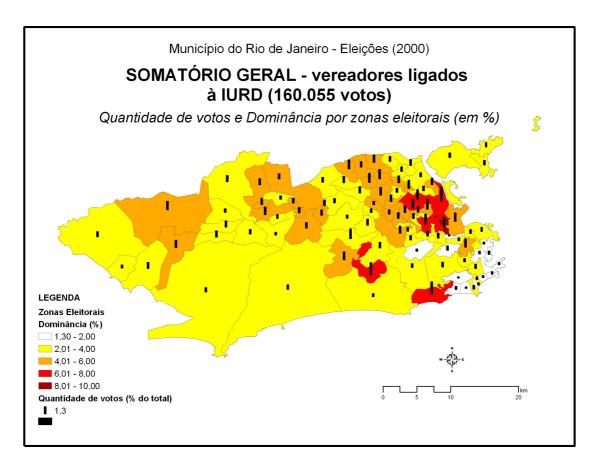
Já o vereador Paulo Mello tem quase que a totalidade de seus votos na Zona Oeste, sobretudo nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e adjacências.

Monteiro de Castro, por sua vez, tem forte votação nas áreas restantes, que até agora não foram mencionadas: a faixa entre a Zona Oeste e a Zona Norte da cidade, com alguma concentração na Z.E. 219 (Colégio, Coelho Neto, Honório Gurgel e Rocha Miranda), nos bairros e adjacências de Bangu, Realengo e Padre Miguel, além da Ilha do Governador.

A geografia eleitoral desses candidatos é impressionante, e parece confirmar a hipótese de que há, de fato, uma definição a priori da cúpula da IURD quanto à distribuição territorial de seus políticos.

Apresenta-se abaixo um cartograma que consiste no somatório geral dos votos dos políticos acima:

Cartograma 12:



Da totalidade dos votos, é notável a concentração nas seguintes zonas

eleitorais:

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier /

Cachambi

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João

ZE 179: Cidade de Deus / Anil / Pechincha / Gardênia Azul

ZE 193: Benfica / Mangueira

ZE 211: Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado

Convém ressaltar que todas essas zonas compreendem comunidades reconhecidamente de baixo desenvolvimento social e, se compararmos com os cartogramas 4 e 5 (págs 55 e 56), essas Z.E.s rebatem com as áreas de menor IDH e que têm grande quantidade relativa de templos da IURD. Além disso, as zonas eleitorais da Zona Sul são as que possuem menos proporção de votos destinados a essa denominação religiosa.

3.3.2 Eleições de 2002

<u>Deputados Estaduais:</u>

A IURD contou com sete deputados estaduais eleitos nas eleições de 2002,

com as seguintes quantidades de votos no município: Pastor Armando José T.

Ferreira (43.507 votos), Bispo Jodenir (38.046 votos), Bispo Geraldo Caetano

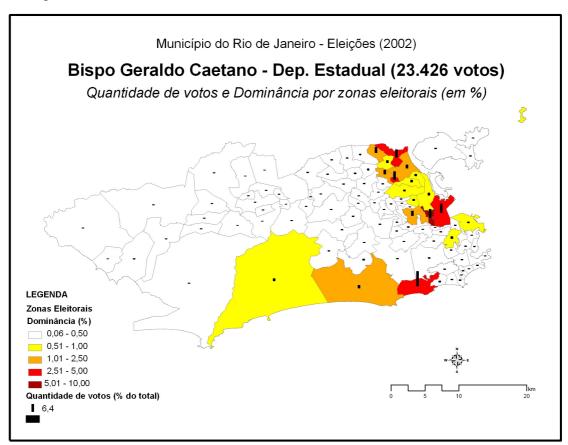
(23.426 votos), Pastora Edna (18.604 votos), Bispo Iliobaldo Vivas da Silva (11.780

71

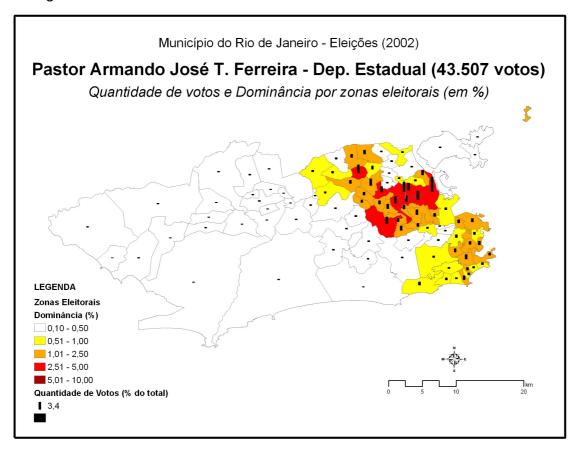
votos), Pastor Ely Patrício (11.746 votos) e Valdeci Paiva de Jesus (8.313 votos). Importa destacar que, por se tratarem de eleições estaduais, esses candidatos obtiveram mais votos no restante do estado, mas só foram computados os votos originados no município do Rio.

Seguem, abaixo, os cartogramas com seus resultados eleitorais:

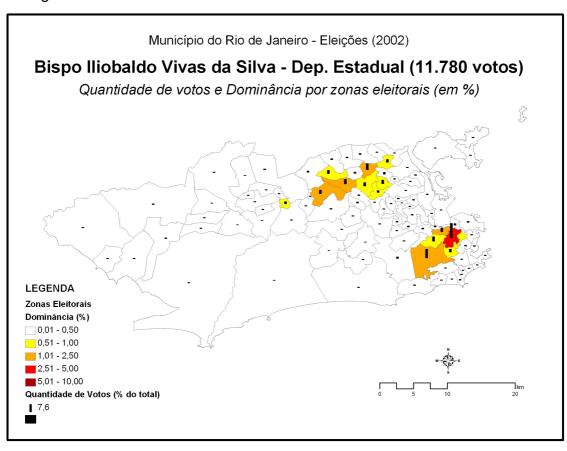
Cartograma 13:



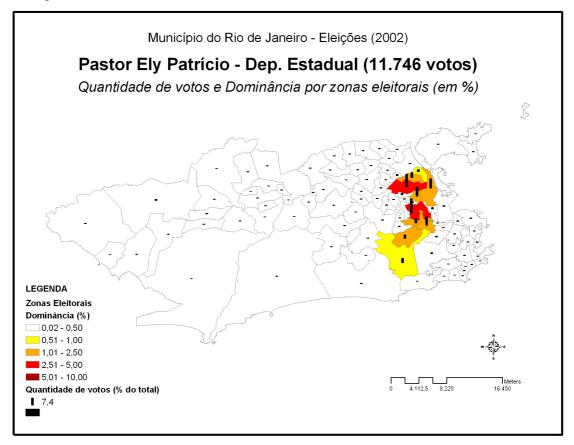
Cartograma 14:



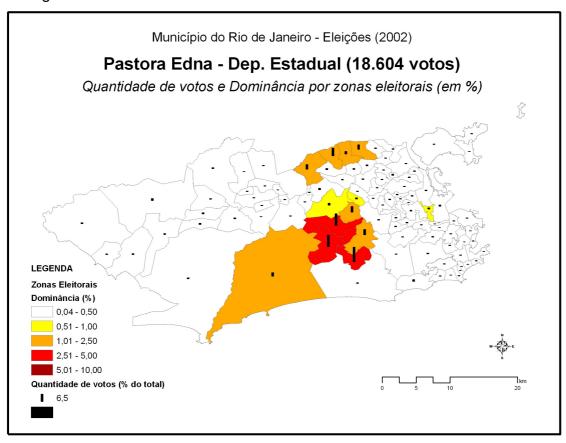
Cartograma 15:



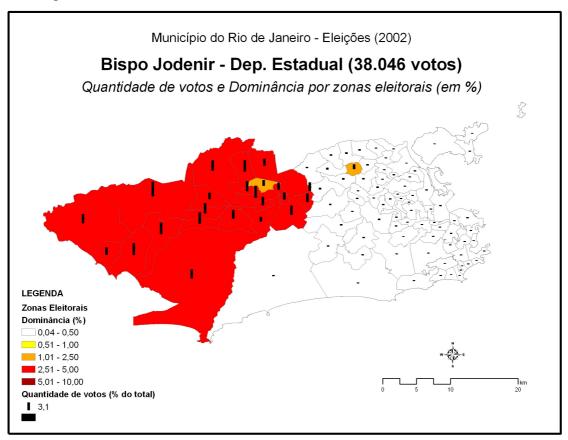
Cartograma 16:



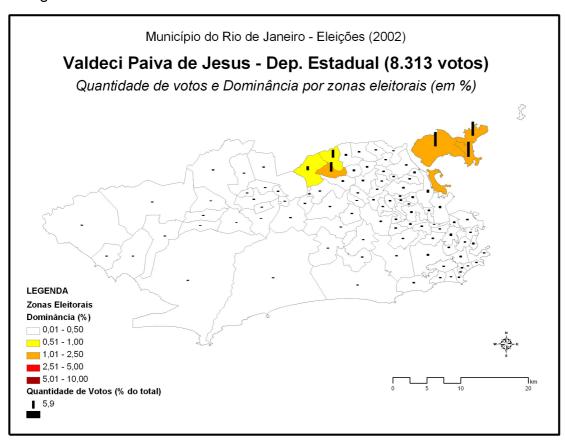
Cartograma 17:



Cartograma 18:



Cartograma 19:



Ressalta-se aqui, de maneira análoga às eleições de 2002, um "repartimento" do território eleitoral dos candidatos à Assembléia Legislativa pela IURD. Há, contudo, diferentemente das eleições municipais anteriores, uma ligeira coincidência na zona norte, área de forte concentração dos templos da IURD.

O Bispo Geraldo Caetano tem boa concentração de votos na Zona Norte – sobretudo na Z.E. 193 (Benfica / Mangueira), na Z.E. 2 (Caju / São Cristóvão), estendendo-se até a Z.E. 162 (Vigário Geral / Cidade Alta / Parada de Lucas / Cordovil / Brás de Pina) – e na Z.E. 211 (Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado), estendendo-se com menor expressão para a Zona Oeste até o Recreio dos Bandeirantes.

O Pastor Armando Ferreira, por sua vez, tem expressiva votação na parte mais central da zona norte, ao contrário de Geraldo Caetano, que garantiu muitos votos nas partes mais a sudeste e a nordeste desta região. Ainda, Armando Teixeira foi o único que conseguiu considerável votação na zona sul, apesar de não ter sido ali seus maiores êxitos. O pastor concentrou votos nas Z.E.s 219 (Colégio / Coelho Neto / Honório Gurgel / Rocha Miranda) e 118 (Vicente de Carvalho / Tomás Coelho / Eng. Leal / Cavalcante), estendendo-se pela Z.E. 21 (Complexo do Alemão / Inhaúma / Ramos / Bonsucesso / Eng. da Rainha) até a Z.E. 161 (Maré / Vila do João / Manguinhos / Bonsucesso).

O Bispo Iliobaldo concentrou seus votos nas partes mais ao sul e a noroeste da zona norte, sobretudo nas Z.E.s 229 (Rio Comprido / Estácio / Catumbi) e nos arredores de Deodoro, Marechal Hermes e Bento Ribeiro.

A geografia eleitoral de Ely Patrício coincide um pouco com a do Pastor Armando Ferreira, com forte concentração na Z.E. 21, mas também na Z.E. 8 (Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Eng. Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi). Em

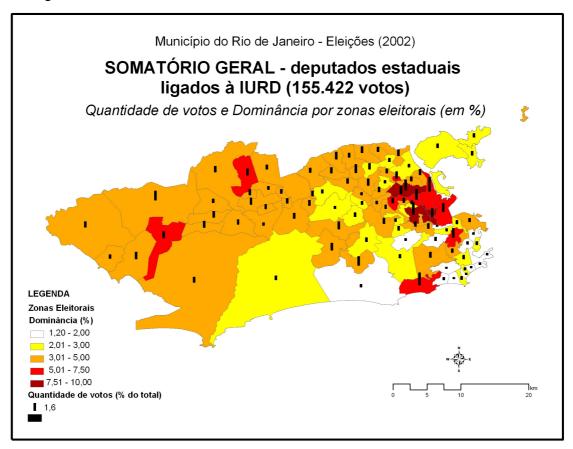
contrapartida, a Pastora Edna e o Bispo Jodenir repartem quase que meridionalmente a zona oeste, aquela com maioria de seus votos na Cidade de Deus e nos arredores de Jacarepaguá (além de uma expressiva faixa no extremo norte do município) e o último com quase a totalidade de seus votos municipais no extremo oeste, numa faixa que vai desde Realengo, Bangu e Padre Miguel até Santa Cruz, Sepetiba e Guaratiba.

Por último, Valdeci Paiva de Jesus tem a maior parte de seus votos municipais na Ilha do Governador.

Mais uma vez podemos dizer, após a análise da distribuição de votos desses candidatos, que também aqui encontramos uma divisão territorial quase estanque dos votos, mantendo a hipótese de que há um pensamento estratégico territorial prédefinido por parte da Igreja.

Segue o somatório dos votos desses candidatos no município.

Cartograma 20:



Mais uma vez, assim como os resultados obtidos nas eleições de 2000, a zona sul da cidade, somada à Barra da Tijuca, aparecem como as áreas que atribuem menor votação aos candidatos ligados à IURD. E, novamente, os votos se concentram na zona norte, mormente em sua parte mais central e meridional – conhecida popularmente como a "faixa de Gaza", pela concentração de favelas e comunidades com baixo desenvolvimento social, com alto nível de violência urbana devido à forte presença das facções narcotraficantes –, também à mesma maneira que nas eleições de 2000. As Z.E.s com mais expressiva votação são, portanto:

ZE 2: São Cristóvão / Caju;

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 168: Inhaúma / Terra Nova;

ZE 169: Higienópolis / Del Castilho / Maria da Graça;

ZE 188: Grotão / Penha

ZE 193: Benfica / Mangueira;

ZE 211: Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado;

Deputados Federais:

Dos cinco deputados federais eleitos pela IURD no ano de 2002, apenas o Bispo Carlos Rodrigues atingiu um padrão de votação um pouco mais disperso, apesar de ter forte concentração na zona norte. Este político tem enorme

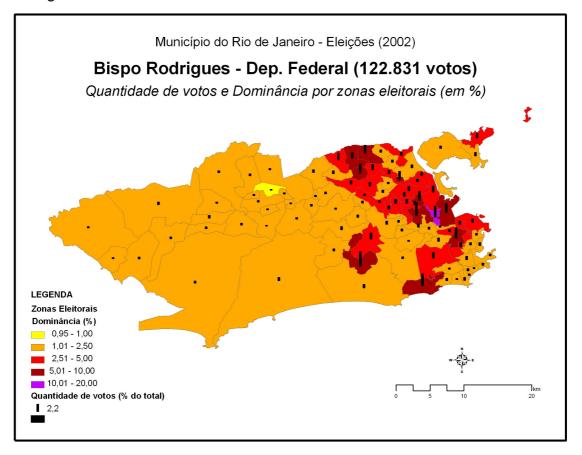
representatividade no universo iurdiano, e assumia um dos postos do alto comando da Igreja até renunciar ao seu mandato, em 2005, depois de ter sido acusado de envolvimento no escândalo do "mensalão". Este episódio envolveu vários políticos evangélicos, e pode ser uma das causas para o menor sucesso desses políticos nas eleições de 2006.

Obtiveram sucesso, além de Carlos Rodrigues (122.831 votos no município), os seguintes políticos, seguidos pela quantidade de votos municipais obtida: Bispo João Mendes (45.290 votos), Pastor José Divino (33.673 votos), o Bispo Vieira Reis (27.279 votos) e Aldir Cabral (6.633 votos).

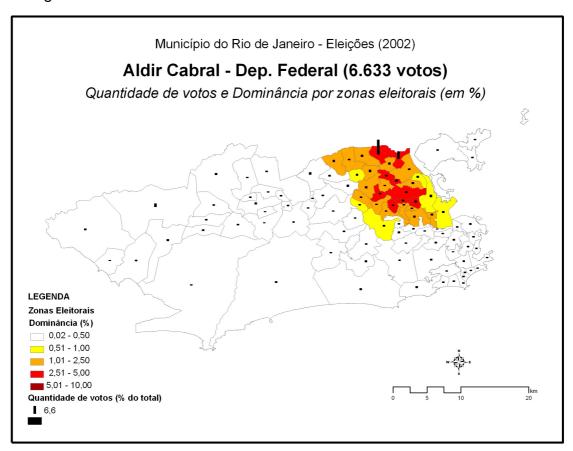
Apesar de relativamente dispersa, pode-se considerar os votos ao Bispo Rodrigues quase como um espelho dos resultados eleitorais da IURD, devido à sua expressiva quantidade de votos: grande concentração na faixa centro/sul da zona norte (arredores da Z.E. 193 – Benfica / Mangueira), na Z.E. 211 (Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado) e na Z.E. 179 (Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha). Há ainda boa concentração no extremo norte do município, no bairro da Pavuna e arredores.

Dentre os demais candidatos conseguimos notar o mesmo repartimento do território eleitoral, da mesma forma que encontramos em eleições anteriores. O Bispo Rodrigues não foi considerado nesse tipo de análise uma vez que, por se tratar de uma figura de importância e reconhecimento nacional entre os fiéis da Igreja, sua relevância transcende o âmbito local.

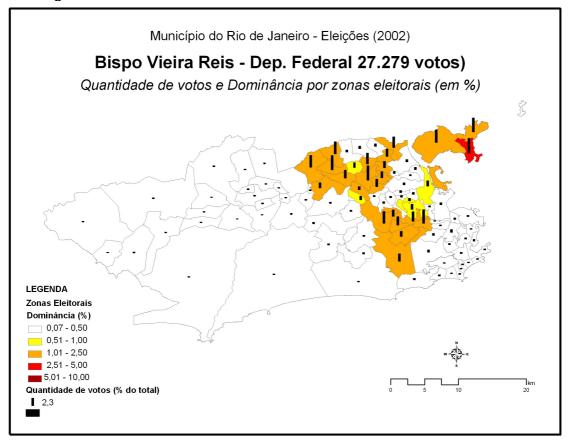
Cartograma 21:



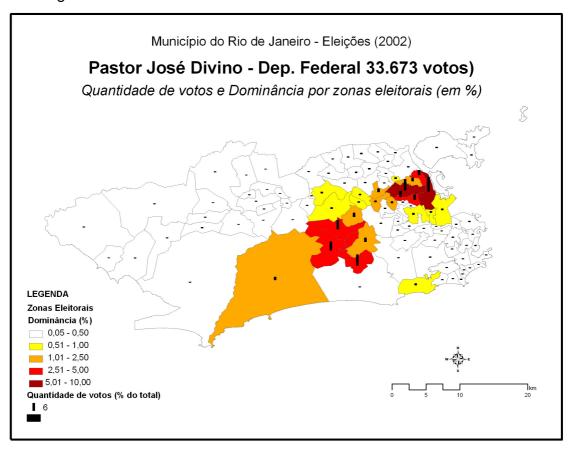
Cartograma 22:



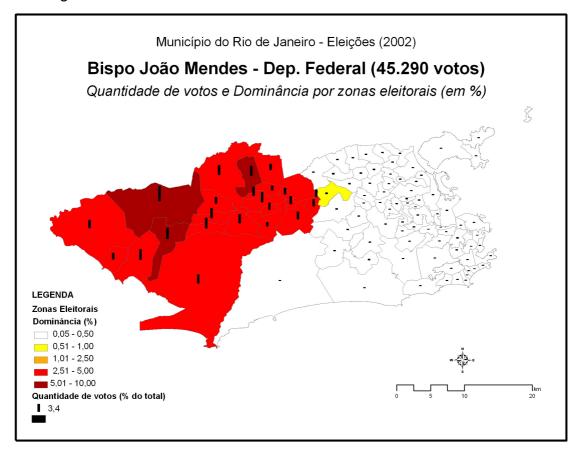
Cartograma 23:



Cartograma 24:



Cartograma 25:



Aldir Cabral, a despeito de sua pouco expressiva votação no município, concentra seus votos no centro e na faixa mais setentrional da zona norte, nos arredores da Z.E. 21 (Complexo do Alemão / Inhaúma / Ramos / Bonsucesso / Eng. da Rainha) e da Z.E. 176 (Vigário Geral / Parada de Lucas / Jardim América). Já o Bispo Vieira Reis tem predominância de votos na Ilha do Governador e nas outras faixas da Zona Norte em que Aldir Cabral não obteve êxito, numa faixa ocidental que se estende do Andaraí até Parque Anchieta.

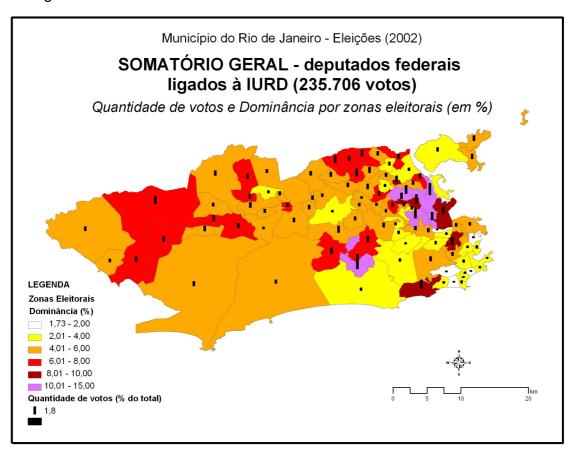
A Zona Oeste é repartida entre o Pastor José Divino e o Bispo João Mendes. Este último concentra quase a totalidade de seus votos municipais pela faixa que se estende de Bangu e Realengo até Santa Cruz, incluindo Guaratiba e arredores, tendo como Z.E.s mais expressivas a de número 246 (Santa Cruz / Paciência / Cosmos / Inhoaíba / Campo Grande), 241 (Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta.

Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco Marias) e 230 (Bangu / Vila Kennedy / Santissimo).

O Pastor José Divino, por sua vez, obteve êxito nos arredores da Z.E. 179 (Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha). Este, contudo, também tem a maior parte de sua votação municipal na zona norte, nas Z.E.s 21 (Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos), 161 (Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João) e arredores, o que ressalta a importância da zona norte para a garantia de votos desses políticos.

Segue o somatório dos votos desses 5 políticos:

Cartograma 26:



Conforme se nota, o padrão não é muito diferenciado do encontrado em outras eleições. Aparecem, como principais zonas de votação:

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 179: Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha

ZE 193: Benfica / Mangueira;

Além de outras seis zonas com grande proporção de votos:

ZE 2: São Cristóvão / Caju;

ZE 168: Inhaúma / Terra Nova;

ZE 169: Higienópolis / Del Castilho / Maria da Graça;

ZE 188: Grotão / Penha;

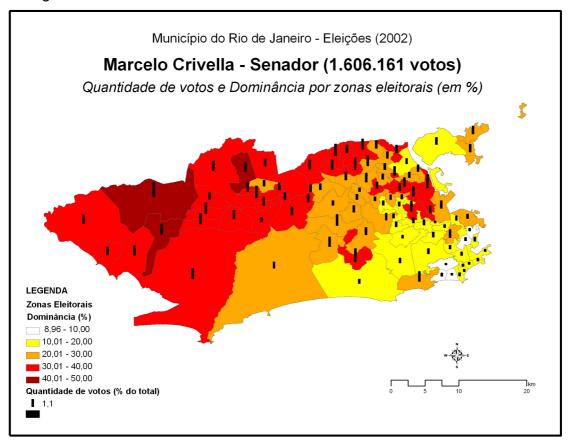
ZE 211: Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado;

ZE 229: Rio Comprido / Estácio / Catumbi;

Tais zonas representam as mesmas faixas identificadas em outras eleições, i.e., a parte centro/sul da zona norte, Cidade de Deus e arredores, e a Z.E. que compreende Rocinha e Vidigal.

Antes de partir para as eleições de 2004, apresentamos no cartograma abaixo a geografia eleitoral de Marcelo Crivella, eleito para o senado.

Cartograma 27:



A concentração nas zonas definidas nos parágrafos anteriores é notável, sendo também notável a pouco expressiva votação na zona sul da cidade. Ressaltese um aspecto interessante: parecem existir quatro faixas de dominância, a partir da zona sul: quanto mais próximo da parte noroeste do município, mais expressivas foram as votações ao candidato em questão. Isto nos faz destacar a importância também da zona oeste enquanto forte manancial de votos para a IURD, tendo sempre aparecido com forte expressão nos somatórios das eleições anteriores, apesar de que com menos destaque que outras áreas mencionadas. Destacam-se, também enquanto fortes redutos eleitorais da IURD, as Z.E.s 230 (Bangu, Vila Kennedy e Santíssimo), 241 (Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco Marias) e 246 (Santa Cruz / Paciência / Cosmos / Inhoaíba / Campo Grande).

3.3.3 Eleições de 2004

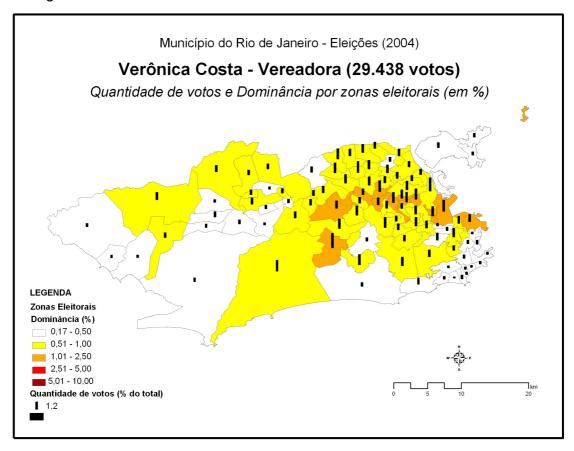
A partir das eleições de 2004, conforme ressalta Machado (2006a), a competição eleitoral entre os evangélicos ficou bastante acirrada, e isso provocou uma diminuição absoluta nos candidatos eleitos pela Igreja Universal. Neste ano, a IURD conseguiu eleger apenas três vereadores: Verônica Costa (29.438 votos), Liliam Sá (24.282) e Aloísio Freitas (20.674 votos). Além disso, contou com a frustrada eleição de Marcelo Crivella para a Prefeitura Municipal, que também consideramos aqui.

À semelhança das eleições de 2000, Verônica Costa manteve seu padrão disperso de votos, com sutil concentração na Zona Norte. Aloísio Freitas, por sua vez, tem votação extremamente concentrada na parte central da Zona Norte, tendo o bairro de Del Castilho e arredores como seus principais redutos.

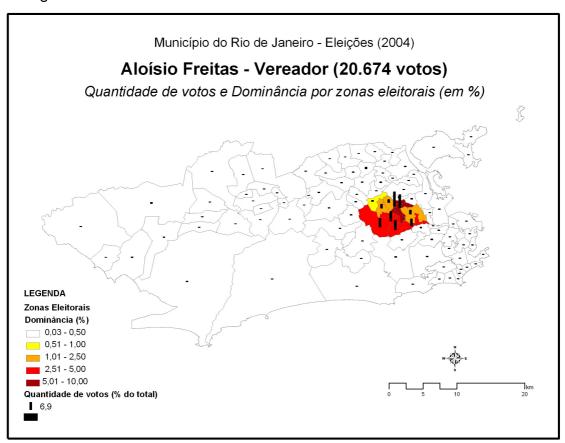
Liliam Sá manteve sua participação na Zona Sul, tendo como principal reduto eleitoral a Z.E. 211 (Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado).

No caso desses candidatos, e inclusive pelo reduzido número, não foi possível a identificação de uma estratégia territorial prévia, por parte da Igreja. No entanto, ao se analisar o somatório de seus votos, um padrão parecido com o das eleições anteriores foi encontrado.

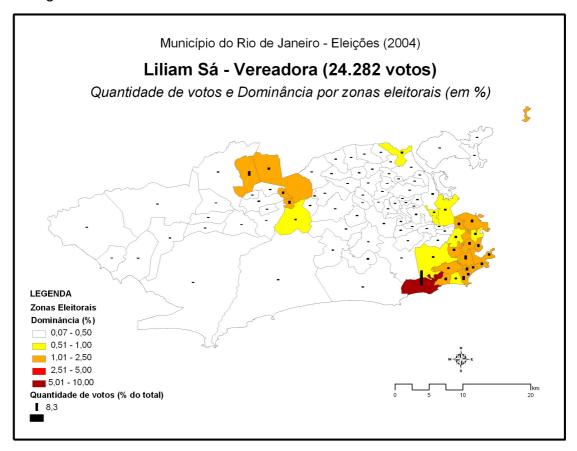
Cartograma 28:



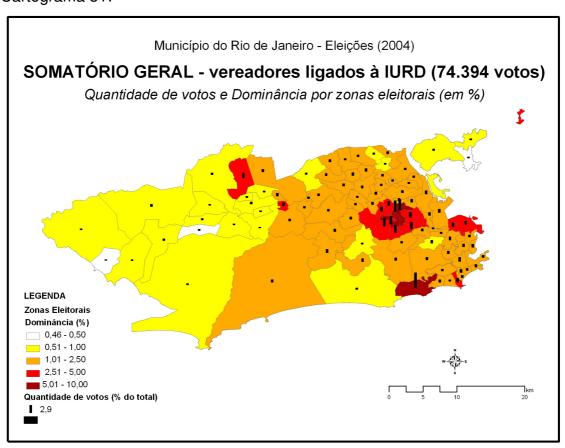
Cartograma 29:



Cartograma 30:

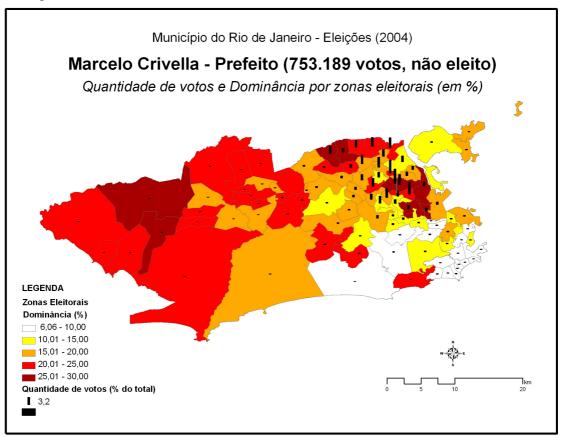


Cartograma 31:



Como se percebe, as áreas com maior concentração foram a Z.E. 211, e a parte centro/sul da Zona Norte. No entanto, a baixa quantidade de votos e de candidatos prejudica uma análise mais agregada nessas eleições. Os votos destinados a Marcelo Crivella, contrariamente, permitem uma análise mais apurada do comportamento eleitoral "iurdiano" em 2004:

Cartograma 32:



Mais uma vez, os votos a Marcelo Crivella tiveram pouca representatividade na Zona Sul e na Barra da Tijuca, com exceção da ZE 211, que engloba Rocinha e Vidigal. As Z.E.s mais expressivas foram as seguintes:

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 167: Pavuna / Anchieta / Costa Barros / Barros Filho / Guadalupe

ZE 193: Benfica / Mangueira;

ZE 220: Coelho Neto / Acari / Pavuna / Costa Barros / Barros Filho;

ZE 241: Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco

Marias;

ZE 246: Santa Cruz / Paciência / Cosmos / Inhoaíba / Campo Grande;

Como se nota, isto não foge muito dos padrões encontrados até aqui, uma vez que são, grosso modo, as mesmas zonas que servem de reduto eleitoral para a Igreja Universal.

3.3.4 Eleições de 2006:

<u>Deputados Estaduais:</u>

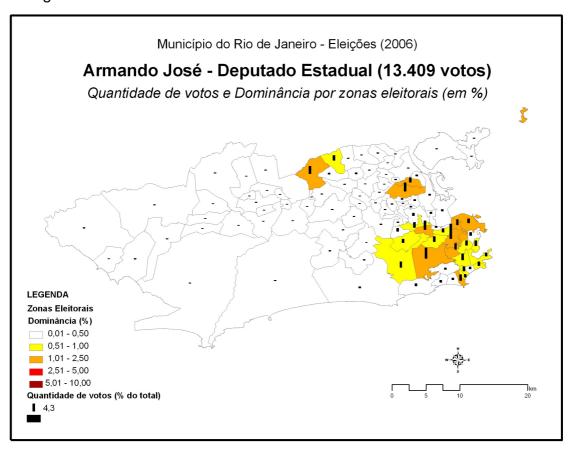
Os resultados relativamente ruins nas eleições de 2006 não ajudam muito na análise espacial dos votos destinados a políticos vinculados à IURD. De qualquer forma, nota-se que não há coincidência de redutos eleitorais entre os três deputados estaduais eleitos.

Jodenir Soares (26.777 votos no município) concentra seus votos na Zona Oeste, sobretudo nas Z.E.s 230 (Bangu / Vila Kennedy / Santissimo), 240 (Sepetiba / Santa Cruz) e 241 (Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco Marias). Beatriz Santos (18.465 votos no município) tem votação mais

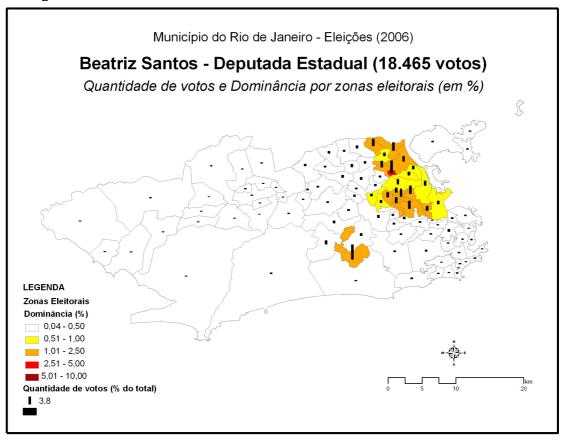
expressiva na Zona Norte, sobretudo na Z.E. 188 (Grotão / Penha) e na Cidade de Deus e arredores. Já Armando José (13.409 votos no município), por sua vez, apesar de garantir boa votação em algumas áreas dispersas da Zona Norte, concentra seus votos na zona intermediária entre Zona Sul e Zona Norte, mormente na Z.E. 229 (Rio Comprido / Estácio / Catumbi).

Seguem os cartogramas com a geografia eleitoral desses três deputados.

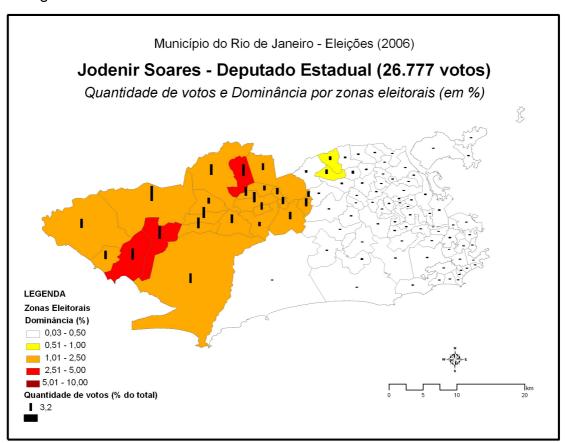
Cartograma 33:



Cartograma 34:



Cartograma 35:



O somatório dos votos desses candidatos não traz resultados muito satisfatórios, tendo em vista a baixa quantidade de votos que receberam. De qualquer maneira, nota-se a repetição de um padrão em que a Zona Sul e a Barra da Tijuca têm uma participação muito pequena, mantendo-se forte a predominância da parte mais central e ao sul da Zona Norte, e a Zona Oeste.

Como principais zonas eleitorais ressaltam-se:

ZE 188: Grotão / Penha;

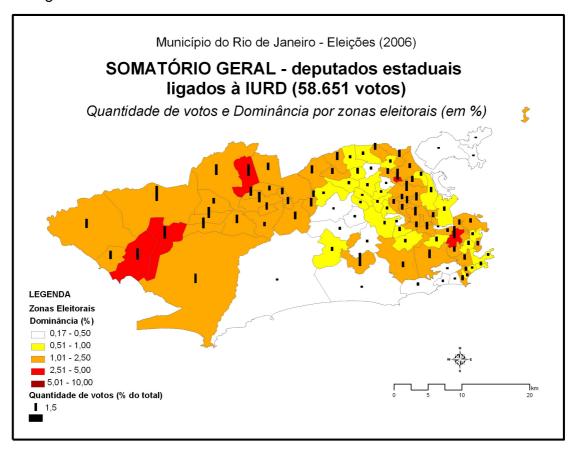
ZE 229: Rio Comprido / Estácio / Catumbi;

ZE 230: Bangu / Vila Kennedy / Santíssimo;

ZE 240: Sepetiba / Santa Cruz / Cjs. Antares e Otacílio Câmara/ Jds. 7 de Abril, Piai e Cinco Marias;

ZE 241:Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco Marias;

Cartograma 36:

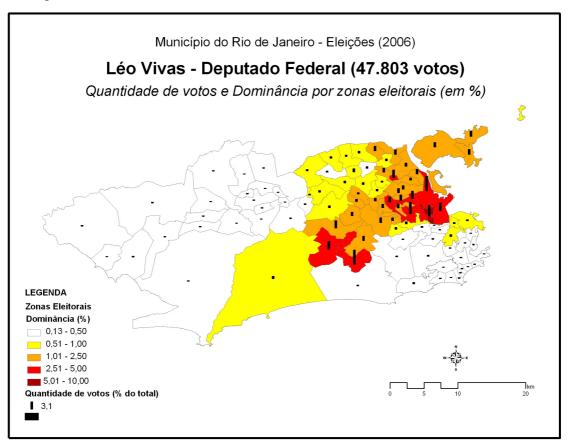


Deputados Federais:

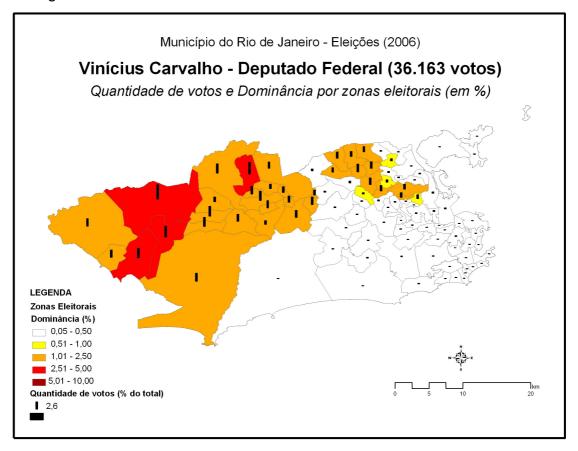
Apesar de terem sido apenas dois os candidatos ligados à IURD eleitos para a Câmara Federal no Rio de Janeiro, seus resultados são bastante sintomáticos da realidade encontrada até agora: enquanto Léo Vivas (47.803 votos no município) concentra sua votação na parte centro-sul da Zona Norte e na Cidade de Deus e arredores, Vinícius Carvalho (36.163 votos no município) tem predominância por quase toda a Zona Oeste, justamente onde Léo Vivas não obteve êxito. Os dois candidatos praticamente não obtiveram votação na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

Relacionam-se abaixo os cartogramas eleitorais de ambos, e outro representando o somatório de votos dos mesmos.

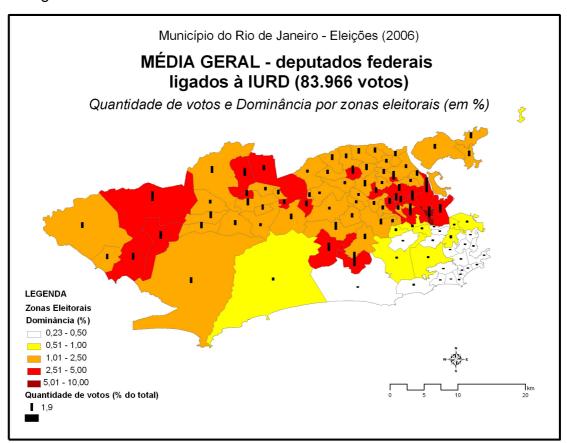
Cartograma 37:



Cartograma 38:



Cartograma 39:



Exceto pela Z.E. 211 (Rocinha / Vidigal / S. Conrado / Gávea), que dessa vez não foi importante, o padrão encontrado foi semelhante às outras eleições, destacando-se a parte centro-sul da Zona Norte, a Cidade de Deus e arredores, e as partes mais ocidentais da Zona Oeste, sendo as seguintes Z.E.s mais importantes:

ZE 2: São Cristóvão / Caju;

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 169: Higienópolis / Del Castilho / Maria da Graça;

ZE 179: Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha;

ZE 193: Benfica / Mangueira;

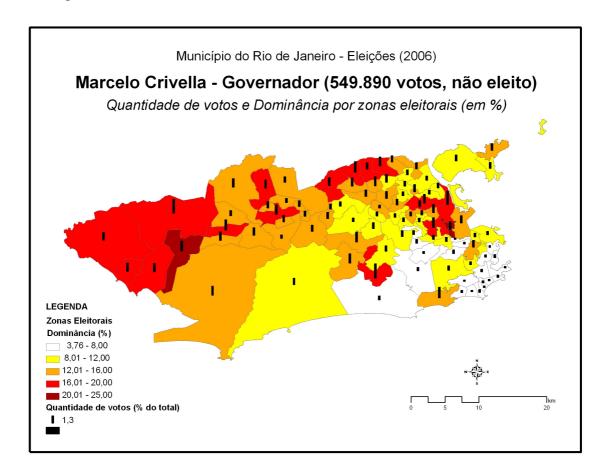
ZE 230: Bangu / Santíssimo / Vila Kennedy;

ZE 240: Sepetiba / Santa Cruz / Cjs. Antares e Otacílio Câmara/ Jds. 7 de Abril, Piai e Cinco Marias;

ZE 241: Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco Marias;

Encerramos, à mesma maneira que nas eleições municipais de 2004, com a análise da frustrada candidatura de Marcelo Crivella ao governo do estado, tendo este obtido um total de 549.890 votos no município. A concentração de votos é praticamente a mesma de anos anteriores, e se assemelha, da mesma maneira, aos padrões encontrados para os quadros legislativos ligados à IURD.

Cartograma 40:



Zona Sul e Barra, com exceção da área que compreende Rocinha e Vidigal, têm pouca expressividade. A zona norte, em sua parte mais central e ao sul tem maior importância, assim como as partes mais extremas da Zona Oeste e os arredores da Cidade de Deus.

Destacam-se as seguintes Z.E.s:

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 179: Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha;

ZE 193: Benfica / Mangueira;

ZE 220: Pavuna / Acari / Costa Barros / Barros Filho / Coelho Neto;

ZE 230: Bangu / Santíssimo / Vila Kennedy;

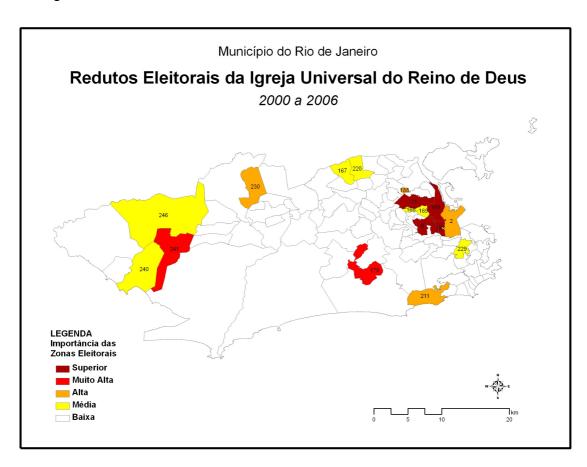
ZE 241: Inhoaíba, Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco

Marias;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a geografia eleitoral realizada, e as freqüências com que apareceram algumas zonas eleitorais nos cartogramas da parte anterior, apresentamos abaixo um cartograma com o que chamamos de principais redutos eleitorais da Igreja Universal do Reino de Deus nas últimas quatro eleições. De acordo com a freqüência com que certas zonas surgiram como predominantes para as eleições de políticos ligados à IURD, de 2000 até 2006, foram definidos quatro níveis de importância: superior, muito alta, alta, média e baixa.

Cartograma 41:



Esses redutos compreendem as seguintes Zonas Eleitorais:

Redutos Eleitorais de Importância Superior:

ZE 8: Jacaré / Jacarezinho / Sampaio / Engenho Novo / Rocha / S. F. Xavier / Cachambi;

ZE 21: Complexo do Alemão / Eng. da Rainha / Bonsucesso / Inhaúma / Ramos;

ZE 161: Maré / Manguinhos / Bonsucesso / Vila do João;

ZE 193: Benfica / Mangueira;

Redutos Eleitorais de Importância Muito Alta:

ZE 179: Cidade de Deus / Anil / Gardênia Azul / Pechincha;

ZE 241: Inhoaíba / Cosmos / Paciência / Vila Sta. Lúcia / Vila Guaratiba / Jd. Cinco

Marias;

Redutos Eleitorais de Importância Alta:

ZE 2: São Cristóvão / Caju;

ZE 188: Grotão / Penha;

ZE 211: Rocinha / Vidigal / Gávea / São Conrado;

ZE 230: Bangu / Santíssimo / Vila Kennedy;

Redutos Eleitorais de Média Importância:

ZE 167: Pavuna / Anchieta / Costa Barros / Barros Filho / Guadalupe

ZE 168: Inhaúma / Terra Nova;

ZE 169: Higienópolis / Del Castilho / Maria da Graça;

ZE 220: Coelho Neto / Acari / Pavuna / Costa Barros / Barros Filho;

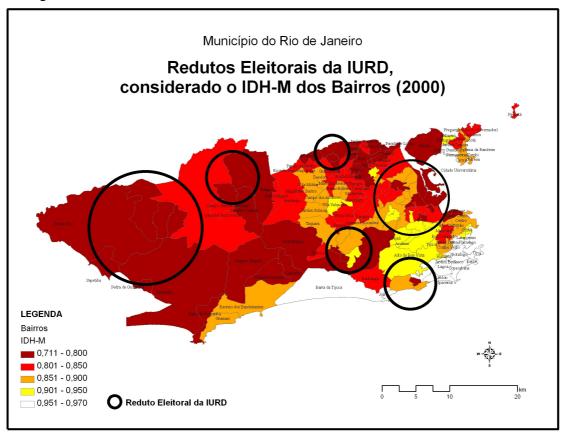
ZE 229: Rio Comprido / Estácio / Catumbi;

ZE 240: Sepetiba / Santa Cruz / Cjs. Antares e Otacílio Câmara/ Jds. 7 de Abril, Piai e Cinco Marias;

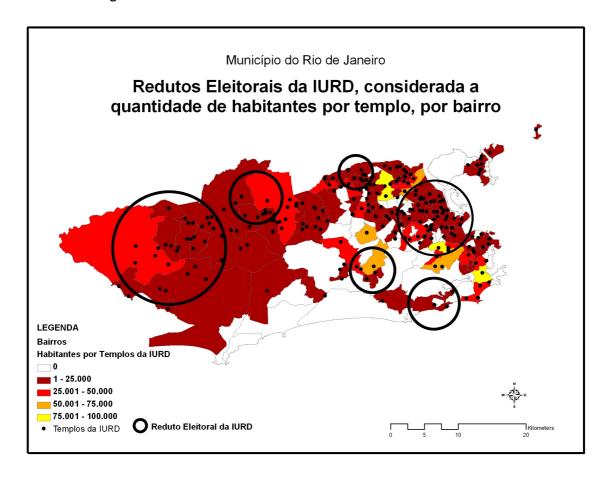
ZE 246: Santa Cruz / Paciência / Cosmos / Inhoaíba / Campo Grande;

Com isso conseguimos responder à segunda pergunta dessa dissertação, i.e., a definição do território eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus. Indubitavelmente tais redutos coincidem, conforme podemos perceber nos cartogramas abaixo, com áreas de menor IDH e com alta concentração de templos.

Cartograma 42:



Cartograma 43:



Com esses resultados é possível confirmar que a tríade "baixo desenvolvimento social – alta quantidade de templos – bom desempenho eleitoral" é verdadeira para a Igreja Universal do Reino de Deus. Tais afirmativas já fazem parte do senso comum, mas poucos estudos foram feitos sobre a distribuição espacial dos evangélicos e de seus votos que pudessem confirmar essa intuição.

A primeira hipótese, i.e., a de que as igrejas pentecostais se concentram nas áreas menos desenvolvidas das grandes cidades, já havia sido confirmada no decorrer do trabalho, ao menos para o caso da IURD. A partir de agora podemos ir mais além, e afirmar com certeza que **há uma relação direta** entre a presença da Igreja e o direcionamento de seus votos. Afirma-se, portanto, que a presença dos templos enquanto principal territorialidade daquela Igreja, e o efeito de vizinhança

despertado por e a partir deles, são fundamentais para o êxito dos políticos "iurdianos" na obtenção de votos.

Também é possível tirar algumas conclusões indicativas a partir dos resultados obtidos. A primeira delas, de caráter indutivo, é que a cúpula da Igreja Universal de fato considera a realidade sócio-espacial da cidade para a seleção de localidades para a construção de novos templos; e, uma vez que isto implica êxito nas eleições, a política também deve ter um peso significativo nas estratégias territoriais daquela denominação. Em segundo lugar, os resultados eleitorais também indicam que há uma divisão territorial dos candidatos, uma vez que dificilmente existe interferência entre os territórios eleitorais em pleitos de mesmo cargo legislativo.

Cabe ainda mencionar a presença, dentre as Zonas Eleitorais destacadas, de bairros, favelas e loteamentos irregulares da cidade com desenvolvimento social reconhecidamente baixo, como Jacaré, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Maré, Manguinhos, Vila do João, Mangueira, Cidade de Deus, Caju, Grotão, Rocinha, Vidigal, entre outros. Tratam-se de áreas que há muitas décadas têm sido negligenciadas pelo poder público, e são normalmente dominadas por grupos paralelos de poder, como os narcotraficantes e as milícias armadas. A IURD e outras igrejas pentecostais vêm ocupando esses espaços, trazendo consigo não só a "palavra" religiosa, mas também uma série de ações de cunho assistencialista e comunitário a populações tradicionalmente alijadas da cidadania e do processo democrático.

Para concluir, entendemos que esse estudo aproxima a visão, para além do senso comum, de um novo fenômeno social e político brasileiro, que vem ganhando dimensões cada vez maiores com o passar dos anos. Ressalta-se a importância de

estudos em geografia eleitoral para o entendimento de novos fenômenos políticos, e para se aprimorar o conhecimento do processo democrático no Brasil, do comportamento eleitoral dos setores sociais e sua distribuição no espaço. Tais estudos são muito raros na geografia brasileira, mas entendemos que são de fundamental importância um país com crescente diversificação social (e religiosa) e que se encontra em processo de amadurecimento democrático.

Por fim, consideramos o avanço do pentecostalismo na sociedade e na política brasileiras como um fenômeno que tem legitimidade social, não se considerando estritamente como um problema, mas como produto de uma série de mudanças sociais ocorridas em escala supranacional, em que a busca pelo sagrado tem um valor ampliado. Da mesma forma, entendemos que a entrada desses grupos na política *não necessariamente* se configura como um retrocesso relativo à modernidade, uma vez que os mesmos não levariam, necessariamente, à evangelização do Estado, e sim a representatividade de grupos que compartilham de imposições éticas e morais semelhantes, e cuja distribuição no espaço – e respectivas implicações eleitorais – se revaloriza enquanto tema de estudo em geografia e, especificamente, na geografia eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro, FGV.
- BAUER, Julien (1999). Politique et Religion. Paris, Presses Universitaires de France.
- BEOZZO, José Oscar (2003). "Política, Igrejas e Religiões". *In*: MENDES, Candido *et. al.* 2003. *Os Evangélicos na Política*. Rio de Janeiro, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, pp. 29-68.
- BERNSTEIN, Eduard. 1993. *The Preconditions of Socialism* (editado por Henry Tudor). Cambridge, Cambridge University Press.
- BIRMAN, Patricia (2003). "Imagens religiosas e projetos para o futuro". *In*: BIRMAN, Patricia (org.) (2003). *Religião e Espaço Público*. São Paulo, Attar, pp. 235-255.
- CASTRO, Iná Elias de (2005). *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CESAR, Waldo (2000). "O mundo pentecostal brasileiro". *Cadernos Adenauer: Fé, Vida e Participação*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, n. 9, pp. 53-68.
- CORTEN, André (2001). "O pentecostalismo transnacionalizado no contexto teológico-político". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n.15. pp. 149-160.
- COX, Kevin R. (1969). "The voting decision in a spatial context". *Progress in Human Geography*, vol. 1, pp. 81-117.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Políticas Sociais (2005). Retratos das religiões no Brasil. FGV, www.fgv.br/cps.
- GIUMBELLI, Emerson (2003). "O chute na santa: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil". *In*: BIRMAN, Patricia (org.) (2003). *Religião e Espaço Público*. São Paulo, Attar, pp. 169-199.
- _____ (2004). "Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios". *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, n. 52.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa (2002). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HAESBAERT, Rogério (2003). "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". *In*: CASTRO, Iná Elias de *et. al.* (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.165-205.

- HARVEY, David (1998). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 7ª ed.
- JACOB, Cesar *et al.* (2003). *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio.
- JOHNSTON, R. J. *et. al.* (1986). *The dictionary of Human Geography*. Oxford, Basil Blackwell, 2ª edição.
- JOHNSTON, R.J. & PATTIE, C.J. (2003). "Representative democracy and electoral geography". *In*: AGNEW, J. *et al.* (organizadores). *A Companion to Political Geography*, Blackwells, Oxford.
- MACHADO, Maria das Dores Campos (2006a). *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____ (2006b). "Voto sob controle da fé". Entrevista concedida à revista virtual "No Mínimo". http://nominimo.ibest.com
- MARIZ, Cecília Loreto (2000). "Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças". *Cadernos Adenauer: Fé, Vida e Participação*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, n. 9, pp. 33-52.
- MONTERO, Paula (2006). "Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.74.
- ORO, Ari Pedro (2003). "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 18, nº 53.
- PNUD (2000). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Meio Digital. http://www.pnud.org.br
- ROSENDAHL, Zeny (1996). Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro, Editora UERJ.
- _____ (1999). *Hierópolis: o sagrado e o urbano.* Rio de Janeiro, Editora UERJ.
- RUSSELL, Bertrand. 1979. *O Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SACK, Robert David (1986). *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SAMPAIO MACHADO, Mônica (1992). A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- espacial". In: SANTOS, Milton *et al. Fim de século e globalização*. São Paulo, Hucitec.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E. (1975). *The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Illinois, The Dryden Press.
- SOUZA, Etiane C. B. e MAGALHÃES, Marionilde D. B (2002a). "Os pentecostais: entre a fé e a política". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH. Vol. 22, n.º 43. pp. 85-105.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2003). "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In*: CASTRO, Iná Elias de *et. al.* (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.77-116.
- TAYLOR, P. J. e JOHNSTON, R.J (1979). *Geography of Elections*. Middlesex, Penguin Books.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2000). Resultados Eleitorais das Eleições Municipais de 2000. Meio digital.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2002). Resultados Eleitorais das Eleições Estaduais e Federais de 2002. Meio digital.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2004). Resultados Eleitorais das Eleições Municipais de 2004. Meio digital.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006). Resultados Eleitorais das Eleições Estaduais e Federais de 2006. Meio digital.

ANEXOS

Tabela 4 – Templos da IURD no município do Rio de Janeiro, relacionados por bairro

ABOLICAO	AV. SUBURBANA, 7702
ACARI	R. GUAIUBA, 520 E 530
AGUA SANTA	R. PARANA, 1034
BONSUCESSO (Amorim)	R. DIOGO DE VASCONCELOS, 94
ANCHIETA	AV. NAZARE, 2408 LOJA C
ANDARAI	R. GASTAO PENALVA, 25 E 29
ANIL	ESTR. DE JACAREPAGUA, 6675
7.1112	AV.DR.AGENOR ALMEIDA LOYOLA, 1172 -
BANCARIOS	BANCARIOS
BANGU (Jardim Bangu)	R. ROQUE BARBOSA, 185
BANGU (Rio da Prata I)	R. RENATO REBECHI, 439
BANGU (Rio da Prata II)	R. TIBAGI, 367
BANGU (Taquaral)	ESTR. DO TAQUARAL, 635B/201 E 202 LJ.04
BANGU (Vila Aliança)	ESTR. DO TAQUARAL, 829
BANGU (Vila Emil)	R. CRISTIANO, 437
BANGU (Vila Moretti)	ESTR. DRA. MARIA ESTRELA, 61
BANGU I	R. DA FEIRA, 295
	AV. CARLOS MATOSO CORREA, 461 -
BENFICA	BENFICA I
BENFICA II	R. CARLOS MATOSO CORREA, 23
BENTO RIBEIRO	R. JOAO VICENTE, 1090
BONSUCESSO	R. BITTENCOURT SAMPAIO, 164
BONSUCESSO (Guilherme Frota)	R. GUILHERME FROTA, 343
BONSUCESSO (Itaoca)	AV. ITAOCA 27,41,55 /R. SANT HILAIRE 316
DOMONOFOCO (VIII)	RUA BONSUCESSO, LT11, QD13 -VILA CANAA
BONSUCESSO (Vila Canaa)	-CAXIAS/RJ
BONSUCESSO (Vila do Pinheiro II)	PRAIA DE INHAUMA, 243
BONSUCESSO (Vila Pinheiro I)	VIA A-2, 88 ; VIA A-2, 92/201 , VIA A-2, 90/201
BONSUCESSO I	R. SARGENTO SILVA NUNES, 577 (P)
BONSUCESSO II	R. AGUIAR MOREIRA, 366
BONSUCESSO V	RUA SARGENTO FERREIRA, 233 - PENHA - RJ
BOTAFOGO	R. Sao Clemente, 72 - Botafogo
BRAS DE PINA	R. ITABIRA, 123
BRAS DE PINA (Praca do Carmo)	ESTR. VICENTE DE CARVALHO, 1538
BRAS DE PINA III	R. ALQUINDA, 73
CACUIA I	ESTR. DO CACUIA, 267
CAJU (Jardim California)	R. PRESIDENTE COSTA E SILVA, 1160
CAJU (Nova Cidade II)	R. DA CONQUISTA, 14
CAJU III	R. GENERAL GURJAO, 468
CAMPINHO	RUA VICENTE DE ARAUJO, 03 - CAMPO GRANDE - RJ
CAMPO GRANDE	R. AUGUSTO DE VASCONCELOS, 139
CAMPO GRANDE (Benjamim do Monte)	AV. CESARIO DE MELO, 5529
CAMPO GRANDE (Buguiugui)	R. N. S. DAS GRACAS, 69
CAMPO GRANDE (Corcundinha)	R. WILLIAN MODESTO, 42
CAMPO GRANDE (Estrada da Posse)	ESTR. DA POSSE, 992 - 994 - CAMPO GRANDE

CAMPO CRANDE (Ottoico)	D CADOENTO IOCE VALEDIO 202
CAMPO GRANDE (Oiticica)	R. SARGENTO JOSE VALERIO, 283
CAMPO GRANDE (São Basilio)	R. ARICURI, 1476
CAMPO GRANDE (São Geraldo)	AV. PAULO AFONSO, 285 - LOJA D/E
CAMPO GRANDE (Vila Comori, Ros	ESTR. SANTA MARIA, 1948 (2048)
CAMPO GRANDE (Vila Comari - Boa Esperança III)	ESTR. DAS AGULHAS NEGRAS, LT 22 E 23
CAMPO GRANDE (Vila Juaniza)	R. BEM-TE-VI,01
CAMPO GRANDE (Vila Nova II)	ESTR. SANTA MARIA, 1091
CASCADURA	R. FREI ANTONIO, 126
CASCADURA II	R. FRANCISCO VALE, 88 LOJA E GALPAO
CATUMBI I	R. VAN ERVEN, 335
CATUMBI III	R. ITAPIRU, 487
CAVALCANTE (entre madureira e tomas	11. 11 Al 1110, 407
coelho)	R. LAURINDO FILHO, 360
CENTRO	R. RIACHUELO, LOJA 119 - CENTRO
CENTRO (Alvorada)	R. SETE DE SETEMBRO, 10
CENTRO (Fundação)	R. GENERAL BENTO RIBEIRO, 13
CIDADE DE DEUS	R. EDGARD WERNECK, 1476 LT 23 QD 8 -P-
0.07.02.02.02	AV. MAL. MIGUEL SALAZAR MENDES DE
CIDADE DE DEUS	MORAES, 999 (P)
CINELANDIA	PRACA FLORIANO, 45
COELHO NETO	R. ITAIGARA, 96
COLEGIO	ESTR. DO BARRO VERMELHO, 1593
COPACABANA	R. SIQUEIRA CAMPOS, 143 LOJA 49
COPACABANA (Alaska)	AV. ATLANTICA, 3806 LOJA H E APT. 207
COPACABANA (Alaska)	AV. NOSSA SENHORA COPACABANA 1241 LJ-I
CORDOVIL	R. CORONEL CAMISAO, 947
CORDOVIL	AV. BULHOES MARCIAL, 165
CORDOVIL (Cidade Baixa)	AV. PORTO VELHO, 1010
CORDOVIL (Comandante)	R. COMANDANTE COELHO, 379
CORDOVIL (Dourados)	ESTR. DO QUITUNGO, 424
CORDOVIL (Vila Jurandi)	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 104
COSMOS	R. ITAGIBA, S/N / TERREO: R. CURARE,162
COSMOS (Santa Margarida I)	R. UPATININGA, 140 CASA 01
COSMOS (Santa Margarida II)	R. COREMAS, 39
COSMOS (Vilar Carioca)	R. CONCEICAO CASTELO, 16 - LJ 17
COSTA BARROS I	R. DA CONQUISTA, 22
COSTA BARROS II	ESTR. DO CAMBOATA, LT 02 PA 25806 (4.882)
CURICICA	ESTR. DOS BANDEIRANTES, 4848 - CURICICA
CURICICA (Guerengue)	ESTR. DO GUERENGUE, 2109
DEL CASTILHO	AV. SUBURBANA, 4242
ENGENHO NOVO	R. SOUZA BARROS, 547
ESTÁCIO (São Carlos)	R. SAO CARLOS, 57
FAZENDA BOTAFOGO	R. ANTONIO CARDOSO, 01
FAZENDA BOTAFOGO	R. ENDER, 144 - FAZENDA BOTAFOGO
FAZENDA BOTAFOGO (Queimados II)	ESTR. RIO D'OURO, LT 58 - QD. A
FLAMENGO	R. CONDE DE BAEPENDI, 44
FREGUESIA	ESTR. DE JACAREPAGUA, 7676
GAVEA	R. MARQUES DE SAO VICENTE, 08
ENGENHO DA RAINHA (Grota III)	R. CANITAR, 135
GUADALUPE (Fernando Lobo)	EST. DO CAMBOATA, 2968 - GUADALUPE
GUARATIBA (Cinco Marias)	R. CEDRO AMARELO, LOTES 28 E 29
GUARATIBA (Jardim Guaratiba)	R. PINHEIRO REIS, 03/05/LJ B E QUITINETE
GUARATIBA (Jardim Magarca)	R. DO GRAVADOR, 120

GUARATIBA (Jardim Maravilha)	AV. PILAR DO SUL, S/N LT.14 QUADRA 32
HIGIENOPOLIS	AV. ITAOCA, 1173
HONORIO GURGEL	ESTR. JOAO PAULO, 1090
HONÓRIO GURGEL (Vila Santa Teresa)	R. URURAI, 244
ILHA DE PAQUETA	PRAIA DO ARISTAO, 178
ILHA DO GOVERNADOR	R. REPUBLICA ARABE DA SIRIA, 125
ILHA DO GOVERNADOR (lacu)	R. IACU, 176
ILHA DO GOVERNADOR (Jardim Carioca)	•
ILHA DO GOVERNADOR (Marambaia)	R. FORMOSA, 18
ILHA DO GOVERNADOR (Praia das	D. ELIGENIA WARANIA AFA
Rosas)	R. EUGENIO WARMING, 150
ILHA DO GOVERNADOR (Silva Jardim)	R. LUIZ GOMES, 358
ILHA DO GOVERNADOR (Taua)	R. DOMINGOS MONDIM, 504
ILHA DO GOVERNADOR I	ESTR. DO CACUIA, 347
INHAUMA	R. ALVARO DE MIRANDA, 287
INHAUMA	ESTR. VELHA DA PAVUNA, 3631 (P)
INHAUMA (Nova Brasilia II)	AV. ITAOCA, 1900
INHAUMA (Nova Brasilia)	R. ANTONIO AUSTREGESILO,17
INHOAIBA (V. dos Palmares - Santa Rosa	FOTO CAMPINITO OCCOLT OC OD 40 (D)
I)	ESTR. CAMPINHO, 2690 LT 02 QD.43 (P)
INHOAIBA II	ESTR. DA PENA, 05
IPANEMA IPANEMA	R. MARIA QUITERIA, 83
IRAJA	AV. MONSENHOR FELIX, 454
IRAJA III	AV. MONSENHOR FELIX, 1075 - A
ITANHANGA (Rio das Pedras)	AV. ENGENHEIRO SOUZA FILHO 1000
ITANHANGA (Rio das Pedras)	R. NOVA, 44
JACARE I	R. AIRES DE CASAL, 46
JACARE II	R. VIUVA CLAUDIO, 380
JACAREPAGUA (Dende)	R. PRIMEIRO DE MAIO, 03 - DENDE
JACAREPAGUA (Gardenia Azul)	R. MARUJA, 230
JACAREZINHO	R. DARCY VARGAS,74
JACAREZINHO II	R. SENHOR DO BONFIM, 49 (P)
JARDIM AMERICA I	R. JORNALISTA GERALDO ROCHA, 730
JARDIM AMERICA III	R. XAVIER PINHEIRO, 486
JARDIM AMERICA IV	R. PROF. COSTA RIBEIRO, 55
LADANIEDAC (Aquia da aura)	R. SANTA LUZIA, 97/R. GENERAL CANDIDO
LARANJEIRAS (Aguia de ouro)	SILVA,25/27
LEME	AV. PRINCESA ISABEL, 350 SL. 201/202 (P) RUA VERNA MAGALHAES, 204 - LINS DE
LINS DE VASCONCELOS	VASCONCELOS
LUCAS (Comunidade de Lucas)	R. SAO BENTO, 51
MADUREIRA (<i>Turiaçu</i>)	R. CONSELHEIRO GALVAO, 504
MADUREIRA I	R. CAROLINA MACHADO,542
MADUREIRA II	AV. MINISTRO EDGARD ROMERO, 681
MAGALHÃES BASTOS - Jardim Novo II -	AV. MINISTRO EDUAND NOMERO, 001
Jd Novo Realengo)	R. GENERAL AZEREDO, 929
MAGALHÃES BASTOS (Jardim Novo I -	
Jd Novo Realengo)	ESTR. MANOEL NOGUEIRA DE SA, 1675
MAGALHÃES BASTOS (Mallet)	ESTR. MARECHAL MALLET, 80/LTE 1
MAGALHAES BASTOS (Piraquara)	AV. MARECHAL FONTINELE, 5.555
	ESTR. SAO PEDRO DE ALCANTARA, 3544 -
MAGALHAES BASTOS (prox realengo)	LOJA
0001400 (14)	R.CASTELO BRANCO LT 02/03/10 E
COSMOS (Mage)	09(PARTE)QD. C (P)
MANGUEIRA	R. VISCONDE DE NITEROI, 1298

MANGUINHOS	AV. DOS DEMOCRATICOS, 576
MANGUINHOS (Conjunto Esperança, prox	
Vila do João)	R. JOSE MOREIRA PEQUENO, 71 A 74
MANGUINHOS (Vila do Joao I)	R. 9 (NOVE), 957
MANGUINHOS (Vila do Joao II)	AV. DO CANAL II, 768 SOBRELOJA 762
MARACANA	PCA. NITEROI,14
MARECHAL HERMES	R. AURELIO VALPORTO,341
MARECHAL HERMES II	R. VIDAL RAMOS, 419
MARIA DA GRACA	R. MIGUEL ANGELO, 468
MARIOPOLIS	R. JUARANA, 41
MARIOPOLIS (Vila Itatiaia)	AV. ITATIAIA, 576
GUARATIBA (Mato Alto)	ESTR. DO MATO ALTO, 4492
MEIER	R. DIAS DA CRUZ,823
MEIER I	R. PEDRO DE CARVALHO, 28,32,36
MEIER II	R. ARQUIAS CORDEIRO, 350
CAMPO GRANDE (Mendanha I)	ESTR. DA CAROBINHA, 1620
	ESTRADA DO MENDANHA, 4501, LJ A -
CAMPO GRANDE (Mendanha I)	CAMPO GRANDE/RJ
OLARIA	R. JOAO REGO, 184
OLARIA (Itarare)	ESTR. DO ITARARE,40
OLARIA (Merendiba)	R. MINISTRO MOREIRA DE ABREU, 149 - LJ A
OLARIA (Ponte Preta)	AV. PIRAPANEMA, 1501
OLARIA II	R. NOEMIA NUNES, 587
OSWALDO CRUZ	ESTR. DO SAPE, 417
OSWALDO CRUZ II	R. FERNANDES MARINHO, 45
PACIENCIA	R. SANTA EMILIA, 32
PACIENCIA (Centro)	ESTR. SANTA EUGENIA, 80
PACIENCIA (Gouveia I)	R. NOVA FATIMA, LT. 28 QD. E
PACIENCIA (Gouveia II)	ESTR. DOS GOUVEIAS, 04
PACIÊNCIA (Manguariba)	ESTR. DE MANGUARIBA, 265 / ANTIGO 100 (P)
PADRE MIGUEL	R. GUAIACÁ - PADRE MIGUEL
PADRE MIGUEL (Cancela Preta)	ESTR. DA CANCELA PRETA, 391
PADRE MIGUEL (Sete Sete)	R. OLIMPIA ESTEVES, 630
PARADA DE LUCAS III	R. IRACU, 525
PAVUNA (Estação)	AV. AUTOMOVEL CLUB, 12080
PAVUNA (Vilage)	AV. RIO DO PAU, 2.492
PAVUNA I	AV. AUTOMOVEL CLUB, 13121
PAVUNA III	·
	ESTR. DE BOTAFOGO,1384
PEDRA DE GUARATIBA	R. BELQUIOR DA FONSECA, 849 (749)
PENHA (Villa Couraina)	AV. BRAZ DE PINA, 250
PENHA (Vila Cruzeiro)	AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, 497
PENHA CIRCULAR	R. CONDE DE AGROLONGO, 393
PIEDADE	R. CLARIMUNDO DE MELO, 359
PILARES I	AV. JOAO RIBEIRO, 484 - PILARES
PRACA DA BANDEIRA II	PRACA DA BANDEIRA № 141 LOJA A
PRACA SECA	R. CANDIDO BENICIO, 1757
QUINTINO	R. CLARIMUNDO DE MELO, 1155
RAMOS	AV. BRASIL, 7902
RAMOS (Grota II)	R. JOAQUIM DE QUEIROZ, 162
RAMOS (Uranos)	R. URANOS, 1009,A, PROF.LACE 21,A
REALENGO	R. DO GOVERNO, 408
REALENGO (Favela Batan)	R. MARAGOGIPE, 86 / AV.BRASIL, 28900 (P)
REALENGO (Olavo Bilac)	R. LEVERGER, 675 LT 234 (P)

DEALENCO (D	D. IAIME DE CARVALLIO, coo
REALENGO (Parque Ideal)	R. JAIME DE CARVALHO, 260
REALENGO (Vila Jurema)	AV. BRASIL, (28.540) - LT. 06 QD. 21
RECREIO	R. SALVADOR ALLENDE, 6500 (P)
RIACHUELO	AV. MARECHAL RONDON, 1985
RICARDO DE ALBUQUERQUE	R. JOSE DA MOTA, 61
RICARDO DE ALBUQUERQUE	D. DEDEDIDE 545
(Camboatá II)	R. BEBERIBE, 517
RICARDO DE ALBUQUERQUE (Parque	AV CIDDIANO BADATA 462
Anchieta)	AV. CIPRIANO BARATA, 462
RIO COMPRIDO	R. ITAPIRU, 1553 - SALA 101
ROCHA MIRANDA II	R. DOS DIAMANTES, 153
ROCHA MIRANDA II	AV. DOS ITALIANOS, 803 E 815
SANTA CRUZ	AV. HERMINIO AURELIO SAMPAIO, 80 R.BARAO DE LAGUNA,150 C/R.TEREZA
SANTA CRUZ	CRISTINA LT7,8 P
SANTA CRUZ (Cesarao)	AV. CESARIO DE MELO, 13018 E LT 195
SANTA CRUZ (Cesarao) SANTA CRUZ (Sete de Abril)	·
SANTÁ CROZ (Sete de Abril) SANTÍSSIMO (Lameirão)	ESTR. SANTA EUGENIA, 5894 LT 26 QD 32 ESTR. DA POSSE, 678 - LT 01 E 02
	,
SANTISSIMO I	R. CAPITAO NILO VAL, 115
SANTISSIMO II	ESTR. DOS COQUEIROS, 665 LJ. E LJ. A
SANTO CRISTO	R. CARDOSO MARINHO, 65 B
SÃO CONRADO	AV. NIEMEYER, 780
SÃO CRISTÓVÃO	R. SÃO JANUÁRIO, 74 - SÃO CRISTOVÃO
SÃO CRISTÓVÃO (Parque União II)	R. DARCY VARGAS, 75 - PARQUE UNIAO
SÃO CRISTOVAO (Raza)	R. JUSTINO DE SOUZA, 02
SAÚDE	R. SACADURA CABRAL, 160 E 162 -
SENADOR CAMARA	AV. SANTA CRUZ, 6866
SENADOR CAMARÁ (Cel Tamarindo)	R. CORONEL TAMARINDO, 3980
OFNIADOD CAMADA (F	R. DO ENCANAMENTO, 568 E 568 SOBRADO
SENADOR CAMARA (Encanamento)	LT.26 QD. 129
SENADOR CAMARÁ (Taquaral / 09)	ESTR. DOS COQUEIROS, 498
SENADOR CAMARA (Trajano de Moraes)	AV. CASTELO BRANCO S/Nº
SENADOR CAMARA (Viogos)	RUA OCTACILIO FRANCISCONE PORTO,S/N-
SENADOR VASCONCELOS	LT.5 E 6 -QD.F
SENADOR VASCONCELOS	R. ENORA, 66 R. BOMBEIRO ASDRUBAL, 135 - SEN.
SENADOR VASCONCELOS	VASCONCELOS
SENADOR VASCONCELOS	R. ARTHUR RIOS, 437
SEPETIBA	AV. AREIA BRANCA, 1720
SEPETIBA	R. PEDRO LEITAO, 70
	•
SEPETIBA TAQUARA (Olinda)	PRAIA DO RECONCAVO, 656 AV. GETULIO DE MOURA, 135
	·
TIJUCA (Morro da Formiga)	R. BELVEDERE, 45 - LT 2 QD K
TIJUCA I	R. MAJOR AVILA, 455 GALERIA (P)
TOMAS COELHO I	R. SILVA VALE, 901
TOMAS COELHO II	R. CARDOSO QUINTAO, 631 A 651
TOMAS COELHO III	R. PEREIRA PINTO, 115
USINA	R. ARY KERNER, 11
VARGEM GRANDE	ESTR. DOS BANDEIRANTES, 24.167 / 24153
VICENTE DE CARVALHO (Juramento)	AV. PR. MARTIN LUTHER KING, 5405
VIDIGAL	AV. PRESIDENTE JOAO GOULART, LT. 148 (P)
VIGARIO GERAL I	R. CORREIA DIAS, 87
VILA COSMOS	AV. VICENTE DE CARVALHO, 1003
VILA ISABEL	R. 28 DE SETEMBRO, 389

BANGU (Vila Kennedy II)	AV. BRASIL, 35730
VISTA ALEGRE	AV. BRAZ DE PINA, 2644-A